Simon Schwartzman

Memória: Quarenta anos de Ciências Sociais

Memorial Preparado para o Concurso para Professor Titular do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro -Junho de 1998[1]

Ideologia e Política

A preparação deste memorial fecha, de algum modo, um ciclo de quarenta anos, iniciado quando, em 1958, entrei como estudante monitor do curso de Sociologia e Política e Administração Pública da Faculdade de Ciências Econômicas da então Universidade, hoje Federal, de Minas Gerais. O sistema de monitorias era uma espécie de bolsa instituída pela Faculdade de Ciências Econômicas para um grupo de estudantes selecionados por concurso a cada ano, e que continuou em diversos formatos ao longo do tempo, servindo, mais recentemente, de inspiração para o Programa Especial de Treinamento (PET) para alunos de graduação instituído pela CAPES. Além da obrigação de estudar em tempo integral e tirar boas notas, havia a expectativa de que os alunos monitores, ou bolsistas, assumissem deste logo funções de ensino, dando aulas preparatórias para os cursos de preparação para o vestibular, e explicando aos alunos mais jovens, ou não bolsistas, os mistérios da literatura sociológica, política e filosófica na qual havíamos sido iniciados apenas uns poucos meses antes. O contato com os livros, e a noção de que estava em nossas mãos decifrar seus conteúdos e explicá-los para os demais, marcou toda uma geração de estudantes que passou pela Faculdade de Ciências Econômicas naqueles anos, que por isto se manteve sempre próxima da vida universitária, embora cada um tivesse tomado um caminho profissional distinto. Embora afastado da Universidade Federal desde a década de 60, expelido pela repressão dos governos militares de então, sempre me mantive vinculado ao meio acadêmico, e durante muitos anos fiz da própria universidade meu tema central de pesquisa e publicações.

Além do gosto pelos livros e do trato com as ideias, líamos desde cedo a Karl Marx, e estávamos convencidos que o papel do intelectual não era, simplesmente, o de entender o

[1] Nota explicativa: Em 1998 a UFRJ abriu inscrições para um concurso para professor titular em Ciência Política ao qual me candidatei, e para o qual este memorial foi escrito. Somente varios anos depois, no entanto, é que os candidatos foram chamados a se apresentar, e a esta altura achei mais conveniente não participar.

mundo, mas de transformá-lo. Não eram coisas que aprendíamos com nossos professores, mas ideias e concepções que circulavam entre os estudantes, que líamos nos livros franceses que chegavam à Livraria Duas Cidades, e que buscávamos confirmar com colegas mais adiantados no Rio de Janeiro, São Paulo, e um dia quem sabe, em Paris. Muitos entenderam o postulado marxista como significando que o mundo dos conceitos e das ideias era inútil ante a urgência da prática, e se envolveram até às últimas consequências na militância, no ritmo da radicalização política dos anos 60, muitas vezes sucumbindo à repressão dos anos 70, como Juarez Guimarães de Brito, ou vivendo a vida do exílio como Betinho. Para mim, o predomínio da prática e da militância sobre o conhecimento nunca foi uma verdadeira opção, mas o tema do relacionamento entre o conhecimento e a prática, entre o intelectual e o político, e a busca do entendimento do papel do conhecimento nas sociedades modernas, foi sempre um tema central de pesquisa e reflexão.

Uma certa precocidade talvez explique como eu tenha escapado da sedução da militância e tenha sempre permanecido, para o bem o para o mal, mais próximo de um modelo de trabalho intelectual que dá prioridade às próprias convicções, frequentemente contra o pensamento dominante, e muitas vezes pagando um certo preço de isolamento e incompreensão. Em Belo Horizonte, nos anos do após guerra, havia uma pequena comunidade judaica dividida em dois grupos que se hostilizavam, os "sionistas", mais religiosos, empolgados com o nascente Estado de Israel, e os "progressistas", com tênues raízes nos movimentos socialistas e comunistas da Europa, empenhados em manter a tradição cultural da língua iídiche, e que consideravam o sionismo como mais um entre tantos nacionalismos que haviam levado aos horrores das guerras europeias. Os "progressistas" eram também, aparentemente (nunca vi dados sobre isto), mais pobres e menos educados, e cresci dentro deste grupo, absorvendo suas ideias e sem muita empatia para com "os outros". Visto na perspectiva de hoje, é interessante como a cultura era valorizada naquele ambiente, onde ninguém da velha geração tinha curso universitário e muitos mal tinham frequentado escola (minha mãe nunca completou curso primário, e meu pai mal terminou o secundário),, como uma forma de preservação da identidade grupal. Minha mãe, desde jovem e até a velhice, sempre participou de grupos de teatro amador e círculos de leitura, e todos se reuniam para discutir os eventos da Europa e da Palestina e para comemorar as datas mais significativas da tradição judaica e da resistência contra o nazismo, com intermináveis e admirados discursos dos mais articulados. A cultura erudita, acadêmica, era desconhecida, e não havia nenhuma percepção de que essa atividade cultural fosse em qualquer sentido pior ou inferior a qualquer outra. A noção, forte nos ambientes socialistas europeus, de que poderia haver uma cultura operária e popular superior à cultura burguesa, se manifestava de forma concreta na pequena comunidade judaica progressista de Belo Horizonte (e com muito mais força, aprendi mais tarde, nas grandes cidades da diáspora judaica do após guerra, de São Paulo a Buenos Aires e New York), até começar a se desvanecer aos poucos. Em parte foi o "progressismo" que desapareceu, com a hegemonia do sionismo, o abandono da íngua iídiche e, sobretudo, com a

total inviabilidade de manutenção de uma "esquerda" judaica no mundo, dado o alinhamento de Israel com o bloco ocidental e o antissemitismo cada vez mais virulento, interno e externo, da União Soviética. Em parte, a própria existência de uma "cultura proletária" tornou-se impossível com o rápido aburguesamento dos imigrantes e a educação formal adquirida pelas novas gerações.

Assim, a velha geração não teve como transferir para a mais nova as bandeiras da preservação da tradição cultural europeia que traziam (posso contar nos dedos as pessoas de minha geração que aprenderam a falar e ler o iídiche, apesar do aprendizado que todos tivemos de seus rudimentos, e de termos convivido com a língua na infância). A opção por uma trajetória de vida inteiramente encapsulada no ambiente judaico, no entanto, parecia como uma possibilidade real para os jovens judeus de minha geração, seja através dos diversos movimentos juvenis que pregavam a migração para Israel (dentre os quais, para os mais à esquerda, sobressaía o Hashomer Hatzair, que se apresentava como um sionismo de cunho socialista e operário) até a redescoberta da identidade religiosa e a tentativa de aprendizado do hebraico, combinados, mais tarde, com as atividades comerciais e ou mesmo o exercício das profissões liberais que se tornavam mais acessíveis para os jovens nos anos do após guerra.

Neste ambiente naturalmente "progressista", os contatos com o Partido Comunista eram frequentes, e deste cedo fui convidado - e aceitei como grande honra - a participar do setor estudantil da Juventude Comunista em Belo Horizonte. Em 24 de agosto de 1954, no dia do suicídio de Getúlio Vargas, aos quinze anos portanto, me encontrava nas ruas distribuindo panfletos do Partido contra o golpe anti-getulhista e fugindo da polícia, depois de estar, até alguns dias antes, acompanhando avidamente a campanha de Carlos Lacerda contra o ex-ditador. As contradições permanentes e a forma autoritária de funcionamento das organizações comunistas se manifestavam a cada passo, com uma série de episódios no Brasil e no exterior que se tornaram cada vez mais intensos a partir do histórico "discurso secreto" de Nikita Kruschev ao Comité Central do Partido Comunista em 1956. Em um primeiro momento, pareceria que o stalinismo seria colocado definitivamente no passado, e que o movimento comunista retomaria sua inspiração original e suas formas éticas de funcionamento. Isto se refletia na imprensa do partido que, durante uma breve primavera, abriu seus espaços para debates que eu acompanhava com avidez, até serem sufocados pela destituição forçada de seus dirigentes. O endurecimento no Brasil correspondia ao que ocorria internacionalmente, onde a repressão violenta às tentativas de abertura na Hungria, com a execução de Imre Nagy, mostrava que o autoritarismo do movimento comunista não seria desfeito tão cedo..

Ao ingressar na Universidade, em 1958, já tinha deixado para trás as ilusões da prevalência do ativismo político e da militância partidária. Mas continuava pensando, como

continuaria por mais alguns anos, que o marxismo em sua inspiração original proporcionaria as formas mais avançadas de entendimento da realidade social, que seria possível reconstruir formas de organização política e participação social que incorporassem de maneira efetiva os princípios da ética e mantivessem em primeiro plano o trabalho intelectual. Continuava acreditando sobretudo que havia uma tarefa de esclarecimento e desvendamento da realidade a ser feita com as pessoas mais destituídas, que poderiam assim se livrar das alienações e criar uma sociedade mais justa. Por isto, se o ativismo político deixava de ser o único que importava, a participação política continuava sendo fundamental.

A participação política, combinada mais tarde com a vivência universitária, me afastaram também do ambiente judaico que se viu reduzido, para mim, a um significado quase que exclusivamente histórico e familiar. Nos anos de Faculdade, entre 1958 e 1961, participei de forma intermitente de várias tentativas de organização política do que poderia vir a ser uma "nova" esquerda, incluindo a Juventude do Partido Trabalhista Brasileiro, então incentivada por San Tiago Dantas, junto com os colegas da Ação Católica, e um grupo que se denominou "Política Operária", que degenerou rapidamente para um radicalismo extremo, e do qual logo me afastei.

Se as experiências de militância política não foram bem sucedidas, o ambiente intelectual criado entre os alunos do curso de Sociologia e Política da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, e acredito que também entre os de economia, era extremamente estimulante. Muitas explicações diferentes foram aventadas para esta efervescência, por diversas pessoas que viveram esta época ou tomaram contato com pessoas desta geração que mais tarde teria uma presença bastante intensa no ambiente das ciências sociais e econômicas do país. Minha lista pessoal de explicações inclui, sem dúvida, a existência de um sistema de bolsas de estudo que permitia a um grupo selecionado de estudantes se dedicar de forma exclusiva à vida universitária. A época ajudava: ainda vivíamos do otimismo do pós-guerra, o fim do colonialismo e a descoberta dos temas do subdesenvolvimento indicavam que haveria uma longa avenida de mudanças sociais profundas pela frente, e estávamos convencidos que teríamos um papel importante a desempenhar neste processo de transformação. O próprio vazio intelectual em que vivíamos em Belo Horizonte - era muito poucos, entre nossos professores, os que tinham algum conhecimento das ciências sociais e econômicas mais modernas, e nenhum tinha tido a experiência de viver e trabalhar em um meio acadêmico intelectualmente mais denso - se por um lado dificultava nossa formação, por outro nos dava a sensação de que havia tudo para ser ainda descoberto, e que esta descoberta caberia a nós.

Os quatro anos de faculdade, entre 1958 e 1961, foram dedicados ao aprendizado de algumas disciplinas básicas e tradicionais - história, direito, um pouco de economia, administração - e sobretudo, no meu caso pelo menos, a um esforço de entender melhor o

pensamento marxista, tanto em sua inspiração original quanto em suas interpretações contemporâneas que pareciam mais criativas e estimulantes. Para entender a inspiração original era necessário ler o Jovem Marx, que é ininteligível sem Hegel, que é ininteligível sem Kant, que é ininteligível sem Leibnitz e Descartes... A leitura e o aprendizado da filosofia ocupava uma boa parte das leituras, e outra parte era dedicada aos textos dos neomarxistas franceses, muitos dos quais buscando novos caminhos depois do desastre e da desilusão com o stalinismo - nomes como Henri Lefebvre, Edgar Morin, André Gorz, Lucien Goldmann (através do qual descobrimos Gyorgy Lukács), e sem dúvida também Sartre. A leitura dos franceses se ampliava para a tradição sociológica e antropológica francesa - Émile Durkheim, Marcel Mauss, Claude Lévi-Strauss, Pierre Naville, e, inevitavelmente, o "gran patron" da sociologia francesa naqueles anos, Georges Gurvitch, além das revistas francesas mais significativas - não só o *Cahiers Internationaux de Sociologie*, mas também a *Sociologie du Travail,* o sisudo *L'Anée Sociologique* e os jovens grupos ao redor de *Arguments* e *Temps Modernes*.

Não era uma experiência só minha, mas de todo um pequeno grupo. O ecletismo e curiosidade infatigável de Júlio Barbosa, nosso mentor, não permitia que nos fechássemos no círculo estreito do marxismo. Através dele, principalmente, tínhamos que digerir Gurvitch, fomos apresentados a alguns alemães que marcaram época, como Max Weber (que Júlio Barbosa, aparentemente, lia em alemão, mas que podíamos também consultar através da tradução espanhola de *Economia e Sociedade*, feita por José Medina Echevarria na década de 40), Werner Sombart, Hermann Heller e Hanz Freyer, e, embora quase sem saber inglês, víamos algo de Talcott Parsons e da Escola de Chicago, líamos C. Wright Mills e tomávamos algum contato, embora sem nenhum entusiasmo, com a sociologia e a antropologia norte-americanas.

Por curiosidade, pesquisei na Internet o número de referências a estes autores, e isto dá uma ideia de quais ainda estão presentes neste final de milênio, e quais já quase não existem. A conclusão parece ser que, no geral, líamos os autores que importavam e que perdurariam, com poucas exceções.

Número de Referências ao nome completo de autores no indexador “altavista.digital.com” da Internet, 25 de abril de 1998	
Karl Marx	20,004
Max Weber	6,383
Jean-Paul Sartre	5,510
Émile Durkheim	1,648
Claude Lévi-Strauss	1,505
C. Wright Mills	1,027
Edgard Morin	971
Talcott Parsons	917
Henri Lefebvre	384
Marcel Mauss	372
André Gorz	319
Lucien Goldmann	96
Hanz Freyer	62
Hermann Heller	53
Georges Gurvitch	37

Havia muitas coisas a aprender, e muitos inimigos e combater. Começava a surgir no Brasil uma esquerda católica, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros tentava construir uma nova ideologia para o desenvolvimento nacional, e em São Paulo os ex-alunos de Roger Bastide e Florestan Fernandes - sobretudo Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, José Arthur Giannotti, Michael Lowy, Juarez Brandão Lopes, e creio que também Paul Singer - se organizavam em tertúlias para a leitura de “O Capital”. Além das leituras, discussões e escritos, participávamos da política e do movimento estudantil, cada qual a seu modo, e organizamos alguns exemplares da revista *Mosaico*, do Diretório Central dos Estudantes, que chegou a ter alguma repercussão. Tanto quanto possível, os mineiros viajavam para conhecer e conversar com estas pessoas e grupos, e tratavam de convidá-los para palestras e seminários. Havia que entender o que estas pessoas estavam fazendo, e separar o joio do trigo. O Jovem Marx era a fonte de inspiração para a crítica ao marxismo dogmático, burocrático e autoritário que dominava a velha esquerda, e que já não representava, de fato, nenhum desafio intelectual. O ISEB, no Rio de Janeiro - Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes - era mais difícil de entender, porque buscava sua inspiração na filosofia fenomenológica, e tentava desenvolver uma ideologia de cunho nacionalista que pudesse se sobrepor e não se confundir com a esquerda marxista.

Tivemos, eu e meus colegas de Faculdade, uma polêmica intensa, e que ficou inédita, com Álvaro Vieira Pinto, que buscava fundar uma nova ideologia a partir da condição de

subdesenvolvimento. Um longo texto, escrito como reação a uma série de conferências de Vieira Pinto em Belo Horizonte, mostrava com bastante acerto, acredito, o proto-fascismo implícito na ideologia nacionalista que se pretendia implantar, e revelava, ao mesmo tempo, como nos sentíamos no centro do mundo, a partir da ortodoxia marxista:

> "A situação do pensador do país subdesenvolvido, se ele procura o polo mais radical para seu pensar, será uma posição privilegiada. Pois terá a perspectiva mais abrangente, anterior mesmo a de um proletariado industrial já formado e estruturado, e poderá inclusive colocar em questão todas as formulações que buscam a resolução das questões sociais, encontrando para si a mais eficaz, por mais explicativa, mais democrática, menos árdua, mais humana e mais ética. Mas para isso é necessário que assuma a perspectiva das classes proletárias existentes ou em formação, das classes camponesas que ensaiam a luta por seus direitos, levar em consideração as contradições de estrutura reais e virtuais no interior da nação subdesenvolvida."[2]

Também escrevi na época uma crítica bastante acerba a trabalho de Hélio Jaguaribe (meu primeiro texto publicado, creio), em que tratava de mostrar como sua abordagem era, no fundo, uma "aposta neo-bismarkiana" que preferia não tomar em conta a realidade e os conflitos das classes sociais, e sim tentar superá-las através de um poder central constituído pela mobilização ideológica:

> "É em função desta aposta, também, que se realizam as mudanças de perspectiva indicadas anteriormente, pensando-se em "estratos" preferencialmente a "classes", preocupando-se com os mecanismos de "participação" ao invés dos de "apropriação" (p.67), raciocinando-se em termos rostowianos ("pré-condições para o desenvolvimento", "decolagem"), fazendo centrar o exame dos modelos alternativos para o desenvolvimento não mais nas contradições estruturais, e sim nas forças sociais que presentemente impulsam ou não o desenvolvimento econômico (p. 82), pensando em termos funcionais. (...) Hoje, analisando não mais as condições de queda de um sistema político-econômico, mas as de sua conservação, caberia indagar até que ponto os fatores de crise não são intencionalmente negligenciados, até que ponto não estamos diante de uma ideologia no sentido pejorativo do termo. Se, entretanto, o modelo neo-bismarkiano se mostrar efetivo, não resta dúvida que as

---

[2] [*A Filosofia do Sub-Desenvolvimento de Álvaro Vieira Pinto*], 1959, não publicado.

análises do professor Jaguaribe terão constituído uma ordenação pragmática da realidade sumamente operacional para a burguesia industrial brasileira."[3]

Houve, também, uma discussão epistolar intensa com Padre Lima Vaz, filósofo jesuíta que buscava justificar um pensamento revolucionário a partir de uma filosofia da história fortemente hegeliana, não conseguindo no entanto, pensava eu, baixar do mundo da transcendência para o da história das pessoas de carne e osso. Um trecho da correspondência é suficiente para dar o tom do que se discutia:

> "Minha concepção (que não é minha, aliás), se apóia sobre o conceito de alienação, que me pareceu faltar em seu trabalho. No meu entender, desde que o homem se aliena ao seu produto, este produto de certa forma 'assume o comando' da história, ou antes, da pré-história que ainda atravessamos. A consciência alienada é prisioneira do produto, e ao invés de dar-lhe sentido, tem o sentido que ele lhe permite, mesmo enquanto ponto de referência para a revolta. A crítica que o marxismo faz a um estudo filosófico do tipo que o senhor empreende, isto é, limitando-se à análise das consciências, das filosofias, não se funda apenas na frágil teoria da consciência-reflexo, e sim na alienação. A perspectiva prevalentemente filosófica, se pretende atingir a razão *na* história, não se pode ater às análises de reflexões filosóficas, que numa sociedade alienada são também necessariamente alienadas."[4]

O tema da alienação parecia a grande chave para a passagem do plano da ideologia para o da interpretação da realidade social, e também para sua transformação. No nível das ideias, um dos meus trabalhos de curso se dedicou, precisamente, à proposta de um "conceito sociológico de alienação política", aonde se procurava entender a organização do sistema político brasileiro (incorporando as ideias já então correntes entre nós a respeito do coronelismo de Víctor Nunes Leal, da "dualidade básica" de Ignácio Rangel, do "estamento burocrático" de Raymundo Faoro, e da crítica ao legalismo formal de Oliveira Viana).[5] O próximo passo era a denúncia, e a mobilização para a ação. Um dos números da revista

---

[3] "Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político: do nacionalismo ao desenvolvimentismo" (resenha de livro de Hélio Jaguaribe), *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Belo Horizonte) 3, 1, 271-282.

[4] Carta a Pe. Henrique de Lima Vaz, 22 de setembro de 1960.

[5] *Para um conceito sociológico de alienação política*, Belo Horizonte, curso de sociologia e política, Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, manuscrito, 37 pp., 1961.

Mosaico, do Diretório Central dos Estudantes, foi dedicado à crítica à alienação em todas as suas dimensões, e, no meu caso, da alienação política.[6]

Havia ainda um enigma a ser decifrado, a sociologia de Georges Gurvitch, pela posição central que ocupava na França, e pela ambição, em sua obra, de rever toda a tradição clássica da sociologia e refundá-la em novas bases. Para decifrar o enigma foi necessário entender algo dos post-hegelianos, sobretudo Fichte, entrar no universo da sociologia jurídica do entre-guerra, e sobretudo começar a antever como funcionava o ambiente acadêmico francês, de onde Gurvitch desapareceria, até ser totalmente esquecido, quase que imediatamente após a sua morte. Por trás de uma preocupação obsessiva, e equivocada, em estabelecer um sistema completo e exaustivo de conceitos e categorias para a descrição detalhada da realidade social (e desconhecendo, ao mesmo tempo, os métodos modernos de tratamento quantitativo e qualitativo dos fenômenos empíricos), Gurvitch era um libertário radical, e sua *sociologie en profondeur* era uma tentativa de resgatar aquilo que o ser humano teria de mais criativo e rebelde. Mas minha conclusão era que este resgate se frustrava:

> "Julgaríamos, não obstante, que se a sociedade, as organizações e as demais obras, essencialmente humanas, possam em situações concretas comandar e determinar as ações dos homens, demandando um movimento inverso de suprimi-las, haverá ao menos em tese a possibilidade de se estudar de que maneira o produto se "desgravita" do produtor, e como o produtor novamente o assume em outro nível de organização social. Pois esta alienação do produto (não se trata senão disso) se dá de maneira definível ,e passível, em princípio, de estudo rigoroso. O método de Gurvitch permite propor um ideal pluralista em que "as subjetividades individuais e coletivas não se alienem em totalidade transcendente, nem admitem sua projeção como objeto exterior ou sujeito exterior à multiplicidade de seus membros"; mais explicitamente, permite fundamentar um direito social fundando em um Nós que "não se aliene" e permaneça fiel a si mesmo, ou seja, "não se submeta seja a uma organização dele separada por um abismo, seja a um chefe carismático, cujo poder, ao invés de ter sua força no Nós, atribui a si mesmo qualidades mágicas". Mas não mostra de que forma esta alienação se produz concretamente, e como permite ou não sua negação."[7]

Na virada da década, a política brasileira se radicalizava, e os anos dourados da faculdade chegavam ao fim. As opções de cada um dependeram das convicções que haviam

---

[6]"Alienação Política", *Mosaico* (Belo Horizonte) 4, maio, 1961, 104-113.

[7] *Introdução aos fundamentos de Georges Gurvitch*, Belo Horizonte, curso de sociologia e política, Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, manuscrito, 47 páginas (com uma introdução de 1964), 1960, não publicado.

adquirido da experiência daqueles poucos anos de trabalho, e também das oportunidades que surgiram. Para mim, que não vislumbrava uma carreira política, nem acreditava, como muitos jovens então, na eminência de uma revolução socialista no Brasil, se tornava claro que as ciências sociais, tal como as entendia então, se tinham um grande poder de esclarecimento, crítica social e desmistificação, não permitiam avançar muito no entendimento de realidades mais específicas, nem serviriam de base para uma ação efetiva sobre a sociedade. Os cursos de administração pública que também seguíamos a contragosto (tendo que ler Taylor e Fayol como se fossem as últimas verdades) para garantir um diploma supostamente técnico e profissional, não davam muita esperança, É neste momento que surge, como que por providência divina, a possibilidade do curso de pós-graduação em Santiago do Chile, na FLACSO, instituição da qual nunca tínhamos ouvido falar, mas que nos acenava com um casamento entre a tradição francesa que conhecíamos e as promessas de uma sociologia empírica, quantitativa e científica que nos permitiria colocar os pés no chão. As entrevistas com o enviado da FLACSO em missão de recrutamento ao Brasil, Lucien Brams, em 1961, mobilizaram a todos. Tive a sorte de estar entre os poucos eleitos - junto com Antônio Octávio Cintra, Fábio Wanderley Reis e José Maria de Carvalho - e dar início a uma nova etapa de estudo e de trabalho.[8]

A sociologia científica

A FLACSO foi um choque e uma revelação. O principal choque foi a natureza extremamente fragmentada e eclética do que nos era oferecido como teoria sociológica, principalmente através do diretor da escola e professor de teoria sociológica, Peter Heintz. Visto à distância, seu esforço em elaborar uma nova sociologia do desenvolvimento se frustrou em grande parte, mas o ecletismo com que trabalhava, tentando associar teorias psico-sociais com modelos formais de comportamentos de unidades complexas como nações, serviu, pelo menos para mim, para revelar a existência de um mundo de análises e interpretações do social que iam muito além do provincianismo francês que era minha principal fonte de inspiração.[9] Esta foi, então, a primeira revelação, a da existência de um

---

[8]Escrevi sobre este período em dois pequenos textos, um dos quais inédito: "A Transição Mineira, em *A Redescoberta da Cultura*, EDUSP, 1997; e *Intelectual Life at the Periphery - a personal tale*, trabalho preparado para apresentação na sessão sobre "Science and Society in the Periphery," Research Committee on the Sociology of Science, XI World Congress of the International Sociological Association, New Delhi, agosto, 1986.

[9]Escrevi algo do que creio ter sido sua contribuição em uma nota quando de seu falecimento. "Peter Heintz (1920-1983)," *Dados - Revista de Ciências Sociais* (Rio de Janeiro), 26, 1, p. 5-7.

horizonte intelectual muito mais amplo, e também confuso e contraditório: eu sabia menos do que imaginava. Outros professores do quadro tratavam de ser mais sistemáticos. Lucien Brams nos introduziu a Robert Merton, e aprendemos sobre teorias de alcance médio e cumulatividade de conhecimentos; Luís Ratinoff nos ensinava teoria da estratificação; tínhamos aulas de estatística; aprendíamos sociologia do trabalho, na tradição sobretudo americana, com Henry Landsberger, e tivemos cursos de pequena duração com visitantes ilustres, como Edgar Morin, Alain Touraine, Nathan Keyfitz, Alex Inkeles. A partir do segundo ano, principalmente, a área de metodologia passou a ser dada por Johan Galtung, com formação em filosofia analítica, que vinha de trabalhar com Paul Lazarsfeld em Columbia, e com quem aprendi o que significava analisar dados e tratar de pensar a realidade social de forma sistemática e formalizada. Começavam a surgir os computadores, mas a análise de dados ainda era feita com as classificadoras IBM e com a régua de cálculo. Meu trabalho de final de curso na FLACSO consistiu na aplicação de um questionário a uma amostra de operários sindicalizados em Santiago, aonde eu buscava analisar em que medida suas ideologias políticas dependiam do grau de envolvimento e participação no sistema produtivo.[10] Se a metodologia era nova, a temática ainda era a clássica, marxista. A diferença é que a consciência de classe já havia deixado de ser um postulado, e passava a ser um fenômeno empírico a ser medido e explicado operacionalmente.

A outra revelação foi a descoberta da América Latina. Santiago, que já então reunia um conjunto importante de organizações regionais (como a CEPAL, o Centro Latinoamericano de Demografia, e a própria FLACSO), era um ponto de passagem para pessoas de muitos países da região e para uma população crescente de "experts", latinos ou não, que faziam do continente latinoamericano seu objeto de análise e de trabalho. Por alguns anos mais eu trabalharia sobre temas latinoamericanos, tratando de ver a região como um todo, e explorando até onde o que eu havia aprendido na FLACSO em termos de metodologia e teoria social ajudavam a entender o que ocorria.

Uma terceira revelação, talvez, tenha sido a de que o trabalho nas ciências sociais era feito sobretudo por pessoas que ousavam pensar por conta própria, sem necessidade de grandes esquemas interpretativos (que vários, certamente, pretendiam), e sem dependência ou subordinação a organizações ou partidos.

Para a volta ao Brasil, no início de 1964, a mensagem a trazer seria a novidade da sociologia como ciência empírica que deveria substituir a sociologia especulativa e filosófica que era o que se conhecia até então. O grupo de Belo Horizonte voltaria à Faculdade de Ciências Econômicas para fundar aí, acreditávamos, o primeiro departamento de ciências sociais realmente moderno no país. Começaríamos com um survey entre os estudantes da universidade, planejado desde o Chile, para mostrar a força dos novos instrumentos de que

---

[10]"Ideologia Política y Participación Obrera", *Anales de la Facultad Latinoamericana de Ciéncias Sociales* (FLACSO), Santiago de Chile, vol. 1, 1964, 63-83.

dispúnhamos, e implantar uma nova modalidade de trabalho. O envolvimento com a política continuaria sendo uma decisão de cada um, mas era claro, pelo menos para mim, que deveria haver um espaço diferenciado para o conhecimento empírico da realidade e para a liberdade individual de pensamento.

A América Latina

O projeto para Belo Horizonte teria continuidade, mas sem mim. Em meados de março de 1964 dei minhas duas primeiras aulas de ciência política no curso no qual havia me formado; em abril fui preso, submetido a processo pela Lei de Segurança Nacional (acusado de deformar a mente de meus estudantes com ideias comunistas) e em dezembro saí do Brasil, em semi-exílio, aceitando um convite de Johan Galtung para um período de trabalho em seu Instituto em Oslo. No ano seguinte fui para Buenos Aires, para participar de um grupo de pesquisa que se formava na Fundación Bariloche sob a orientação de Peter Heintz, e em 1967 parti para meu programa de doutorado em ciências políticas na Universidade da California em Berkeley.

O Instituto de Galtung em Oslo, o Peace Research Institute (PRIO), reunia um pequeno grupo que, moldado em seu líder, propagava um pacifismo radical que tentava fundamentar pelo uso imaginativo do pensamento e da teorização sociológica. Na Europa, a guerra fria era um tema dominante, as marchas da campanha contra o desarmamento nuclear mobilizavam os jovens, e a idéia de que poderia haver uma ciência da paz que se contrapusesse e ganhasse, inclusive intelectualmente, da ciência da guerra, era a justificativa para a revista publicada pelo Instituto e que até hoje existe, o *Journal of Peace Research*. Publiquei um artigo no Brasil descrevendo esta nova linha de preocupação e de trabalho, mas sem nenhuma repercussão.[11] Mais tarde, no curso de doutorado, a política internacional continuaria sendo um dos meus temas de estudo, mas nunca cheguei a me dedicar a este campo de forma mais intensa.

Meu principal tema nestes dois anos de Oslo e Buenos Aires foi a América Latina, como não só como um conjunto países que tinham presumivelmente uma história e características comuns, mas também quem sabe como um ator coletivo importante em um sistema internacional em transformação. Nesta época começavam a surgir os primeiros bancos de dados quantitativos que tomavam países como unidades empíricas de análise, e os computadores permitiam a utilização de técnicas sofisticadas, como a análise fatorial e sistemas de regressão múltipla, processando grandes conjuntos de informações, procurando explicações agregadas para fenômenos como instabilidade política, crescimento econômico e

---

[11] 1965 - "Uma Nova Fronteira: A Ciência da Paz" *Política Externa Independente*, Rio de Janeiro, vol. 3, 1965., 109-125,

conflitos internacionais. Nesta época, fiz várias tentativas mais ou menos complexas de análise quantitativa de sistemas internacionais[12], e cheguei a organizar um livro em Buenos Aires reunindo textos sobre metodologias então consideradas avançadas de análise quantitativa, publicado com bastante atraso.[13] Ainda que estes trabalhos pudessem ter tido resultados interessantes, esta linha de pesquisa não prosperou, creio que por duas razões principais. A primeira era que os dados disponíveis se mostraram logo insuficientes para as análises pretendidas; e a segunda era que não havia uma comunidade acadêmica suficientemente profissionalizada e tecnicamente competente para acompanhar, criticar e dar continuidade a este tipo de trabalho. A noção de uma comunidade profissional de cientistas sociais, trabalhando de forma cumulativa do desenvolvimento de nossa disciplina, que eu havia aprendido na FLACSO pela leitura de Merton, simplesmente não existia na América Latina, e em alguns anos mais começaria a se esvair também nos Estados Unidos. O espaço das ciências sociais, se não era mais o da simples ideologia ou dos partidos políticos, tampouco seguia o modelo idealizado das comunidades científicas, mas ocupava um lugar intermediário entre estes dois polos que era necessário identificar.

A problemática do desenvolvimento no contexto internacional da guerra fria adquiriu notoriedade, mais tarde, sob o termo geral de "teoria da dependência", que nunca me pareceu muito apropriada, principalmente pela suposição, geralmente presente entre seus propositores, que os problemas do subdesenvolvimento eram sobretudo externos aos países, consequências do imperialismo. Refletindo sobre este tema, observei em um texto recente que a teoria da dependência, que fez tanto sucesso nos meios acadêmicos europeus e norte-americanos, fazia parte de um sistema de "espelhos perversos" pelo qual a América Latina procurava se enxergar através dos olhares que nos eram dirigidos desde o Norte:

> "The case of dependency theory is a good example of how the perverted mirrors work. Decolonization after the Second World War made evident that social and political realities in peripheral countries could not be fully understood without considering their links of dependency with the center. There was nothing new in

---

[12] "International Development and International Feudalism," Proceedings of the International Peace Research Association Inaugural Conference, Van Gorcum/Assen, Netherlands, 1966, 53-77;."El Sistema Latinoamericano de Naciones: un análisis estructural" (com Johan Galtung y Manuel Mora y Araujo), *América Latina* 9, 1, 59-94, Rio de Janeiro, 1966; "Project on Social Tensions and Development" (com Manuel Mora y Araujo), *Bulletin of the Soziologishes Institut der Universitat Zurich*, vol. 3; "Imágenes de Estratificación Internacional en Latinoamérica" (com Manuel Mora y Araujo), *Revista Latinoamericana de Sociologia*, 2, Buenos Aires, 1966, 179-204.

[13] *Técnicas Avanzadas de Investigación Social* (editor). Buenos Aires y México: Ed. Nueva Visión, 1977.

these ideas, already manifest form E. M. Foster's *A Passage to India* to Lenin's writings on Imperialism. In the forties, French sociologists, Georges Balandier among others, were already witting about the dependency of African nations; in the fifties and early sixties these were common ideas in social sciences circles in Latin America. It soon became clear, however, that the concept of "dependency" was too general to account for complex differences in widely distinct peripheral societies, and that it led to a tendency to disregard each society's specific features and historical processes. At the same time, dependency theory entered in Western Europe and the United States and was received in many circles as a major theoretical innovation, mostly through the works of Fernando Henrique Cardoso and Enzo Falleto, on one hand, and Andrew Gunther Frank on the other. Without going into the debate about the academic merit of their writings[14], it is clear that their notoriety should be explained basically by the way they met the overall climate in North American and European academic circles in the late sixties. The "consumption of dependency theory", in Cardoso's own words, became a ritual[15]. Looking at peripheral countries through these glasses, Europeans and North Americans would see mostly their own sins, and those people in these regions more ready to proclaim them. Dependency theory then returned to Latin American endowed with new international respectability, and ready to challenge those that had gone beyond it the past.[16]

Parte das dificuldades da "teoria da dependência" era, sem dúvida, a falta de conceitos adequados para analisar a realidade política por parte dos "dependentistas", conseqüência de sua filiação intelectual ao marxismo. Este tema, o da especificidade do político, cuja realidade e cujo funcionamento não poderia ser simplesmente deduzido ou inferido do jogo de interesses e conflitos de classe, começou a estar presente em meus trabalhos desde 1966 pelo menos, quando escrevi um comentário bastante crítico a um livro de Celso Furtado, aonde ele deixava a seara da economia, aonde havia feito uma contribuição fundamental para o entendimento da realidade brasileira, e se aventurava no campo da

---

[14]Cardoso, F. H. and Falleto, E., *Dependency and Development in Latin América*, Berkeley e Los Angeles: University of California Press.1979, e A. G. Frank, 1967. Para uma discussão, ver o simpósio publicado pela *Latin American Research Review*, vol. XVII, nº 1, especialmente os comentários de Túlio Halperin-Donghi and Robert Packenham.

[15]Cardoso, F. H., 1977 - "The Consumption of Dependency Theory in the United States", *Latin American Research Review,* 12, 3, 7-24.

[16]" Intelectual Life at the Periphery - a personal tale."

política.[17] Em minha crítica eu comentava a suposição de Celso Furtado segundo a qualsituações de insatisfação econômica levam necessariamente à "tomada de consciência" da situação, e isto, por sua vez, leva a uma ação política que tem como resultado a solução do problema responsável pela insatisfação inicial. Pode-se reconhecer aqui, com facilidade, o modelo marxista de desenvolvimento político, que no lugar de "insatisfação econômica" fala de exploração. Notemos que, por mais que as teorias marxistas sobre a revolução estivessem carregadas da filosofia hegeliana de racionalismo histórico, nem por isto faltava, para Marx, a especificação das condições sobre as quais este processo se daria: a contradição crescente entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, a concentração capitalista, a redução da taxa de mais-valia, e assim por diante. O próprio Celso Furtado, ao comparar o desenvolvimento da América Latina com o europeu, mostra como a tecnologia foi um fator decisivo na elevação progressiva do nível de vida da classe operária na Europa, eliminando assim as condições revolucionárias. No entanto, diz Furtado, em uma das teses mais sugestivas do livro, a tecnologia no contexto subdesenvolvido joga um papel oposto, ao aumentar a concentração capitalista e impedir a incorporação das massas urbanas ao sistema industrial. A conseqüência é que não existiriam aqui condições para reajustes automáticos do sistema, e por isto é de se esperar que as contradições aumentem. Mas, por mais que isto seja verdade, existe uma grande distância uma situação social explosiva e um processo social que passe pelas etapas de "tomada de consciência", organização política, ação revolucionária ou reformista, etc. É uma condição necessária, mas de nenhuma forma suficiente.

A crítica mostrava que Furtado não tinha nenhuma consciência da problemática da ideologia, e terminava questionando a idéia do autor de que haveria uma “falsa especialização das ciências sociais” que dificultava o entendimento dos processos políticos na América Latina. Minha tese era exatamente a oposta: o que faltava era exatamente o reconhecimento, por parte de autores como Celso Furtado, de que a questão política era uma área tão especializada quanto a economia, na qual os leigos não poderiam incursionar impunemente.

Neste texto, como em minha tese de doutoramento alguns anos mais tarde, eu continuaria a insistir em que o Marxismo, se lido corretamente, proporcionava um ponto de partida adequado para o entendimento das especificidades da política que tinha sido abandonado no entanto pelas formas degeneradas do pensamento marxista que dominavam os meios intelectuais da esquerda daqueles anos.

As bases do autoritarismo

Vivendo em Buenos Aires em 1966, semi-exilado do Brasil, assisti ao golpe militar que depôs o governo de Illia, e que daria início a um logo e negro período da história recente

[17]Celso Furtado, *Desenvolvimento e Estagnação na América Latina* (crítica publicada na *Revista Latinoamericana de Sociologia,* 2, Buenos Aires, 1967.)

da Argentina. Nos anos sessenta e setenta, muitos países da América Latina passariam por experiência semelhante, e a explicação destas formas peculiares de autoritarismo - organizado, burocrático, muitas vezes reformista, mas sempre represssivo, e muitas vezes violento - passou a ser objeto da preocupação dos cientistas sociais da região. Não se tratava, em países como Argentina, Brasil, Uruguai e mais tarde Chile, de simples casos de "caudilhismo" ou de "pretorianismo", como diria mais tarde Samuel Huntington; mas de processos que eram a contrapartida da incapacidade destes países, os mais modernos e desenvolvidos da região, de criarem sistemas políticos democráticos e eficientes que pudessem absorver e processar as demandas crescentes de consumo e participação por parte das populações. A sociologia argentina, que conheci mais de perto nesta época, se por um lado tinha uma forte presença do marxismo, havia sido também influenciada por Gino Germani, sociólogo de origem italiana que fazia da sociedade de massas e do fascismo - e, conseqüentemente, do Peronismo - seus temas centrais de reflexão.

Tive que optar, nessa época, entre fazer um doutorado em sociologia na Universidade de Columbia, que ainda dava continuidade à grande tradição dos anos cinqüenta, de Paul Lazarsfeld e Robert K. Merton, e um doutorado em Ciência Política na Universidade da California, Berkeley, que acabei preferindo sobretudo por que a bolsa de estudos era melhor. Eu não via, na época, diferença entre sociologia e ciência política, exceto pela preferência desta última por temas associados a governo, poder e autoridade, e até hoje penso que esta divisão de campos tem mais a ver com burocracias acadêmicas do que com diferenças realmente substantivas. Berkeley possuía, na época, um programa bastante ativo de estudos latinoamericanos, liderado sobretudo por David Apter, que havia escrito trabalhos pioneiros sobre a modernização política na África, e por Ernst Haas, que havia trabalhado sobre o processo de unificação econômica da Europa, e estudava então um objeto quase inexistente, a integração econômica da América Latina. Conheci a Apter no Instituto Di Tella em Buenos Aires, e nos dois anos que passei em Berkeley tive contato com um grupo de pessoas que faziam da América Latina seu tema de estudo e reflexão - os "Latinamericanists" e "Brazilianists" , entre os quais Torcuato Di Tella, Phillipe Schmitter, Magali Sarfatti, Guillermo O'Donnell, William McGreevy - e, além destes, os cientistas políticos e historiadores de Stanford - me vêm à memória os nomes de John Wirth e seus colegas brasilianistas Warren Dean e Josph Love, e Robert Packenham. O doutorado em Berkeley foi feito muito rapidamente - completei todos os créditos e os exames de qualificação em cerca de 20 meses - e voltei para o Brasil no início de 1969 para retomar meu trabalho no Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Minas Gerais, que havia recebido apoio da Fundação Ford para sua organização, a mesma Fundação que havia me proporcionado apoio para o doutorado, com o compromisso de tentar voltar para Minas Gerais.

A universidade de Berkeley daqueles anos entraria para a história como a capital mundial do movimento hippie, da resistência à guerra do Vietnam, dos Black Panthers, dos grandes concertos de rock-and-roll, da cultura da maconha e das drogas alucinógenas e da

descoberta dos marxistas europeus por parte dos cientistas sociais norte-americanos. Um pouco pela idade - já me aproximava dos trinta anos! -, e sobretudo, suponho, por questões de personalidade, não participei muito desta grande movimentação, a que assistia no entanto com muito interesse. Eu havia ido para os Estados Unidos pensando consolidar a formação empírica e quantitativa que havia conhecido no Chile, e deixar para trás as ciências sociais militantes e politizadas que emanavam dos intelectuais franceses e impregnavam os movimentos estudantis na América Latina, muito mais antigos do que aquele que surgiam nos Estados Unidos e na própria Europa, e que marcariam o ano de 1968. Descobri em Berkeley que eu tinha mais conhecimento e familiaridade com a metodologia quantitativa do que a maioria de meus professores; me surpreendi com a descoberta tardia que os americanos começavam a fazer dos franceses, Sartre à frente, que eu já considerava coisa do passado; e não tinha como empatizar muito com a descoberta de participação comunitária e com as propostas semi-anarquistas que emanavam do movimento estudantil, tipificadas pelo movimento do "Students for a Democratic Society", SDS, e que pareciam retomar, sem o saber, as propostas do Manifesto de Córdoba de 1918[18].

O Departamento de Ciência Política de Berkeley naqueles anos estava dividido entre os "filósofos"que buscavam se identificar mais com os movimentos estudantis (Sheldon S. Wolin, e também John H. Schaar) e um sólido conjunto de especialistas em política européia, do Extremo Oriente e dos Estados Unidos - nomes como Giuseppe Di Palma, Chalmers Johnson, Joseph LaPalombara, Arend Lijphart, Nelson Polsby, Aaron Wildawsky, Harold

---

[18]O manifesto fundador do SDS foi provavelmente o documento de Port Huron, de 1962, disponibilizado na Internet por um de seus membros, mais tarde Senador pela California Tom Hyden (http://hs1.hst.msu.edu/~hst306/documents/huron.html). O espírito da época pode ser aferido das frases do final de um longo texto:

> "The bridge to political power, though, will be built through genuine cooperation, locally, nationally, and internationally, between a new left of young people, and an awakening community of allies. In each community we must look within the university and act with confidence that we can be powerful, but we must look outwards to the less exotic but more lasting struggles for justice. To turn these possibilities into realities will involve national efforts at university reform by an alliance of students and faculty. They must wrest control of the educational process from the administrative bureaucracy. They must make fraternal and functional contact with allies in labor, civil rights, and other liberal forces outside the campus. They must import major public issues into the curriculum -- research and teaching on problems of war and peace is an outstanding example. They must make debate and controversy, not dull pedantic cant, the common style for educational life. They must consciously build a base for their assault upon the loci of power."

Wilensky, Raymond Wolfinger. Eu sabia pouco e não me interessava muito por estes temas e autores, e preferi concentrar meus cursos nos temas de América Latina (Apter), Política Internacional (Haas) e comportamento político, com Herbert McClosky. Além disto, assisti a alguns cursos no Departamento de Sociologia, dos quais ficaram na memória os de Reihard Bendix sobre Max Weber e o de Neil Smelser, de teoria sociológica.

A temática que dominava no grupo associado aos temas da América Latina era a dos processos de transição política associados às transformações sociais e econômicas que ocorriam na região. Naqueles anos, a maioria dos países latinoamericanos vivia diretamente ou sob a ameaça de regimes autoritários, desafiados em muitos países por movimentos insurrecionais que, se não conseguiam chegar ao poder, contribuíam para acentuar o clima de violência política e repressão. Por que o autoritarismo crescia tanto na América Latina? Qual era a sua natureza - eram reedições do fascismo europeu, do caudilhismo latino, ou algo específico? A que interesses representavam? Como entender as características e o papel das forças armadas nos diferentes países? Que papel estavam desempenhando em relação ao processo de desenvolvimento na região - ajudavam ou impediam? E, finalmente, haveria ainda algum lugar, ou esperança, para a democracia?

Levei algum tempo para amadurecer minhas respostas próprias a estas questões, que acabaram incorporadas em minha tese de doutorado[19], depois publicada em edições revistas como *São Paulo e Estado Nacional* (Difel, 1975), e *Bases do Autoritarismo Brasileiro* (Campos e Universidade Nacional de Brasília, 1981). Neste processo, haviam claramente alguns caminhos que eu rejeitava, outros que eu procurava identificar e aprofundar, e finalmente surgiram coisas que não haviam me ocorrido antes de começar este trabalho.

O que eu rejeitava de início era a noção de que o autoritarismo latinoamericano poderia ser explicado por alguma característica peculiar da cultura ou da tradição latina. Esta visão sempre foi muito tentadora para europeus e norteamericanos que vêm a América Latina como um todo mais ou menos indiferenciado. Existiam no entanto duas razões fortes para recusar este caminho. O primeiro, de ordem mais conceitual, era tipicamente Durkheimiano: o princípio de que os fenômenos sociais (tomados em sentido amplo, englobando os aspectos políticos e econômicos) devem ter explicações também sociais, e não poderiam ser entendidos nem por recursos à psicologia individual, nem, muito menos, por uma psicologia social de tipo antropomórfico, ou seja, que atribuía a sociedades a mentalidade e o comportamento de indivíduos. Se a América era diferente da Europa, isto teria que se dever, necessariamente, a processos sociais característicos destes países, e não a características "culturais" da região. A outra razão para recusar este tipo de explicação era que, conhecendo um pouco mais a América Latina, era fácil perceber as profundas diferenças sociais e políticas entre os diversos países, que por isto mesmo não poderiam ser interpretados de forma homogênea.

---

[19]*Regional Cleavages and Political Authoritarianism in Brazil*, Ph. D. Dissertation, University of California, Berkeley, 1973.

A outra noção que eu rejeitava era a de que os processos políticos da América Latina pudessem ser explicados em termos do marxismo convencional, como simples expressão da luta dos interesses de classe. Por um lado, havia a evidência de que as "classes dominantes" de fato exerciam seu poder de muitas maneiras, as vezes democráticas, as vezes autoritárias, e por isto esta não seria uma explicação suficiente. Depois, era muito difícil estabelecer uma relação clara entre as "classes sociais" e os diferentes atores que de fato participavam da arena política na região - os militares, os partidos políticos, os movimentos estudantis, os sindicatos, os lobbies econômicos, os interesses internacionais. Em relação aos militares, as análise de Finner, por exemplo, que tratavam de entender as forças armadas como instituição (e não, como outros autores, como representantes das "classes médias"), e que seriam de alguma maneira retomadas por Alexandre Barros e Edmundo Campos para o Brasil, faziam bastante sentido para mim. Os textos de Raymundo Faoro, sobre o "estamento burocrático" brasileiro; de Hélio Jaguaribe, sobre o "Estado Cartorial"; de Victor Nunes Leal, sobre o coronelismo brasileiro, todos eles convergiam para a noção de que era o Estado brasileiro que constituía e dava forma, em grande parte pelo menos, aos sistemas de participação dos diferentes grupos sociais na arena política, e não o oposto.

O outro caminho que continuava me parecendo inadequado era o da "teoria da dependência". Não, evidentemente, que os países da região não fossem fortemente influenciados por interesses externos, nem que a guerra fria não estivesse tão presente. Havia uma razão teórica clara para rejeitar a "teoria da dependência", que era a de que, ainda que todos os países do "terceiro mundo" fossem igualmente dependentes de um sistema internacional mais amplo, eles se desenvolviam de forma distinta, por processos que deveriam ser, pois, internos a cada país. E uma razão mais de postura, se se pode dizer assim: eu acreditava, como ainda acredito, que as explicações deste tipo tendem a colocar toda a culpa pelos problemas internos dos países em inimigos externos, o que acaba dispensando a necessidade de entender com clareza o que passa dentro do próprio país, e de buscar os recursos internos que possam haver para solucioná-los. As teorias da dependência levavam facilmente a uma visão paranóica e maniqueísta do mundo, que não me pareciam ser uma forma adequada de se fazer ciência social.

A resposta que consegui formular se apoiou muito na leitura que fazia de Max Weber, não só diretamente, mas também em grande parte pelos trabalhos de inspiração weberiana de Reinhard Bendix. Weber contrasta o desenvolvimento do capitalismo ocidental com o de outras grandes civilizações orientais, a chinesa sobretudo, e talvez a diferença fundamental que encontra seja em relação às estruturas de poder e dominação que são criadas nos diferentes contextos, por razões históricas diversas, e que acabam por conformar a atitude, o comportamento e a ação das pessoas em relação ao trabalho, à vida social, à ética individual, à vida econômica e à religião. Existem, naturalmente, muitas leituras possíveis de Weber, uma das mais comuns sendo a de que são os valores (como no exemplo clássico da ética protestante) que conformam as instituições econômicas, assim como os demais sistemas culturais, organizacionais e institucionais típicos das modernas sociedades capitalistas. Mas

Weber era acima de tudo um historiador, e, ainda que tenha feito um grande esforço em sistematizar suas teorias sociais, é na análise histórica da formação das grandes civilizações que se pode ver, em detalhe, como a organização social vai se constituindo em termos de um conjunto limitado de modelos alternativos - patriarcalismo, dominação feudal, dominação patrimonial, dominação carismática, dominação racional-legal - que vão se combinando, transformando e sucedendo no tempo. As modernas democracias burguesas, que incorporam em seu cerne os valores e a cultura da racionalidade econômica e do individualismo, são para ele o resultado de uma estrutura de dominação política tradicional fraca e semi-aberta - o feudalismo. Na minha leitura de Weber me pareceu que ele não examinava em profundidade como se dava a transformação da outra modalidade central de dominação tradicional - a dominação patrimonial, caracterizada por uma dominação política centralizada e forte - em sociedades modernas. Na Europa ocidental os Estados absolutistas que haviam sido formados com a dissolução do feudalismo acabaram tendo que se ajustar a um renascimento da sociedade fragmentada, não mais como feudos, mas como novos grupos e movimentos sociais - os partidos burgueses e operários, as instituições autônomas das corporações profissionais e das religiões privadas, a burguesia, os sindicatos, os partidos políticos. O resultado deste processo teria sido o estado "racional-legal", em que a incorporação dos princípios da eficiência ao poder se dá no marco estrito de controle constitucional e político do poder da autoridade. Os modernos autoritarismos, no entanto, pareciam ser decorrência de situações em que a racionalidade como que se "desgarrava" da legalidade, pela própria força histórica do Estado, e pela debilidade também histórica daquilo se costuma chamar, de forma simplificada, de "sociedade civil".

Esta maneira de ver as coisas parecia se encaixar de maneira muito adequada ao Brasil, criado a partir de um poder colonial que não conheceu o feudalismo, e que nunca abriu espaços suficientes para formas autônomas e independentes nem de ação econômica, nem de organização e participação social. O primeiro a formular este entendimento com bastante clareza para o Brasil foi possivelmente Raymundo Faoro, em *Os Donos do Poder*. Mas Faoro não incorpora um elemento central da maneira Weberiana de entender a realidade social, que é olhar para os conflitos e tensões que existem em cada situação. O poder do "Estamento Burocrático" de Faoro parece absoluto e inexpugnável, e por isto não existe, para ele, diferenças significativas entre o poder colonial, o Império, a República Velha, o período de abertura democrática pós-45, o regime militar, e o que vem depois dele. São todas manifestações mais ou menos disfarçadas do poder do velho "estamento", que ele denuncia, mas sobre qual, quase que por definição, não tem nenhum poder.

O que eu não havia antecipado, mas que se impôs para mim de maneira cada vez mais central a partir do seminário que conduzi no IUPERJ em 1969 sobre o relacionamento entre Estado e Sociedade no Brasil, foi que o poder centralizado e patrimonial que havia se constituído historicamente no Brasil sempre foi resistido e desafiado por outras modalidades de organização social, mais típicas de sociedades abertas e descentralizadas, centradas, no caso do Brasil, na região de São Paulo. Esta descoberta me fez reintroduzir uma variável

central na análise política que geralmente é deixada de lado pelos cientistas políticos acadêmicos (mas não, certamente, pelos que pensam em termos de geopolítica), que é a dimensão espacial e regional. O poder político que se constituiu no Brasil a partir da colônia não tinha nada de "feudal", mas era, na realidade, uma manifestação da tradição centralizada e patrimonial portuguesa. Mas era um poder fraco, com poucos recursos, e acabou abrindo espaço para outras formas de organização social e econômica, a partir da qual formas alternativas de ação pública, tanto quanto maneiras diferentes de ver o mundo, foram se constituindo. É claro que a oposição que coloquei no título do livro entre "São Paulo" e o "Estado Nacional" é uma simplificação de um quadro muito mais complexo: existe muito de "Estado Nacional" em São Paulo, e muito de "São Paulo" em outras regiões; e as relações entre estes dois polos não são necessariamente conflitivas e polares. Mas, uma vez aberta a pista, comecei a poder ver e entender as profundas diferenças nas tradições e na cultura política paulistas em relação ao centro político do país, que se tornaram ainda mais claras e evidentes quando, anos mais tarde, passei a estudar as questões relativas à ciência e à educação superior brasileiras.

Então, resumindo, a tese da tese era que o autoritarismo brasileiro era um movimento no sentido de incorporação de uma dimensão "racional" em uma estrutura com fortes tradições patrimonial-burocráticas; e que este movimento tinha dois limites. Um era dado pela existência de um outro Brasil que não se enquadrava nesta forma de dominação (daí a existência de duas formas básicas de participação política nos períodos democráticos, a política de "cooptação" e a política de "representação"); e o outro era dado pelo próprio limite interno das formas de dominação autoritária que buscam comandar a sociedade de cima para baixo. A participação política e social autônoma, o livre exercício da criatividade e da iniciativa são elementos centrais da constituição das sociedades modernas e desenvolvidas, e, sem isto, acreditava então (e tenho muito mais certeza agora, com o fim do socialismo burocrático), a racionalidade e a modernidade não podem se impor.

Acredito que *São Paulo e o Estado Nacional*, e mais tarde *Bases do Autoritarismo,* tiveram influência no entendimento do sistema político brasileiro, ajudando a colocar em evidência a necessidade de pensar os processos políticos de forma diferenciada, e tomando em conta a especificidade da realidade histórica do país. Em 1977 a revista *Dados* publicou um artigo meu, com respostas de Fábio Wanderley Reis e Fernando Henrique Cardoso, onde se discutia a questão da interpretação dos processos eleitorais brasileiros em termos das características institucionais do sistema político do país.[20] Meu artigo fazia referência a um

---

[20] "As Eleições e o Problema Institucional" (debate com Fábio Wanderley Reis e Fernando Henrique Cardoso), *Dados*, 14, 1977, 164-210.

texto anterior de Cardoso, de 1973, em que ele ainda defendia a visão clássica, marxista, a respeito da política. Dizia eu, na época, que

> A pretensão ao pensamento totalizante oculta, via de regra, um esquema conceitual relativamente simples, e este texto de Fernando Henrique Cardoso não foge à regra: "é preciso caracterizar a luta política como uma pugna entre grupos e classes com interesses contrapostos", diz ele, "De outra maneira a política passa a ser um jogo de cabra-cega: o Estado, encapuçado, sem que se saiba quem está *por detrás* (o grifo é meu) dele, se opõe ao localismo dos donos das terras, dos empresários ou de quem mais seja. Quando não, simétrica e opostamente, são as facções políticas (quando a interpretação privilegia a 'sociedade civil') que brincam na gangorra do Poder no puro ludismo de um apetite sem gosto pela comida, sem que se entenda porque algumas facções se opõem às outras." Trata-se aparentemente de uma posição ortodoxamente classista, a explicação de toda a política pelo confronto de grupos e classes dentro dos moldes marxistas mais convencionais, que não dá lugar à problemática do Estado, rechaçada com inteligência e ironia.[21]

A resposta de Cardoso, em 1977, mostrava um avanço bastante significativo na análise das questões políticas em relação ao passado, e talvez não seja demasiada pretensão pensar que este debate contribuiu de alguma forma para trazer o tema para um foco analítico mais adequado. Segundo ele,

> Não desejo dar a impressão que a solução do debate é simples. Nem que são comprovadas as hipóteses apresentadas por mim para diminuir um pouco a idealização sobre um Estado centralizado e coerente, formado por uma burocracia homogênea, sabedora do que deseja e apta a cooptar para avançar na direção de seus objetivos. Mas estou convencido que não se caminha insistindo apenas na debilidade das classes e fortaleza do Estado, sem interrogar mais a fundo como este se organiza e de que modo burocracias, "burguesias de Estado" e classes enraizadas na sociedade civil se entrelaçam e articulam. Se é certo que os "anéis burocráticos" e os mecanismos de cooptação funcionam, é difícil sustentar que os Partidos e a mobilização política da sociedade civil são, por princípio, incapazes de absorver parte do que se apresenta como se fosse o "interesse do Estado", contraposto, em bloco, ao das classes.[22]

---

[21] Ibid. O artigo referido era Fernando Henrique Cardoso, "Notas sobre Estado e Dependência", *Cadernos CEBRAP* 11, 1973

[22]Fernando Henrique Cardoso, “As Eleições e o Problema Institucional”, *Dados*, 14, 1977, pp 164 a 210.

A Comunidade Científica

Em 1975 fui convidado a trabalhar na Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, então presidida por José Pelúcio Ferreira, e que tinha uma área importante de pesquisas sobre questões de ciência e tecnologia, coordenada por José Tavares de Araújo. Criada a partir do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, a FINEP se organizou como uma instituição extremamente moderna e ágil, dotada de amplos recursos, e que procurava levar à frente os ideais do desenvolvimento científico e tecnológico nacionais. O financiamento que proporcionava a áreas técnicas de interesse militar fazia com que ela contasse com a simpatia dos setores mais modernizadores do governo Geisel, assim como dos cientistas e tecnólogos ideologicamente mais à esquerda. As idéias que norteavam a visão da FINEP a respeito da ciência e tecnologia eram oriundas da CEPAL, por um lado, e de cientistas como José Leite Lopes e Israel Vargas, por outro, e a área de pesquisa incorporava, além de José Tavares, a Fábio Erber, Jacob Frenkel, Eduardo Augusto Guimarães e outros que, mais tarde, fundariam o Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A FINEP apoiou, ainda, estudos coordenados por Maria da Conceição Tavares e Luciano Martins. Limitada no início ao apoio à tecnologia industrial, a FINEP evoluiu rapidamente para o apoio à pós-graduação universitária, primeiro nas áreas tecnológicas - viabilizando o programa de Engenharia da UFRJ, a COPPE, área de tecnologia da PUC do Rio de Janeiro, e apoiando vários programas significativos na Universidade de Campinas - e mais tarde também na área das ciências sociais, permitindo que o IUPERJ ampliasse suas atividades e desse início a seu programa de doutorado em ciência política e sociologia. Por tudo isto, a FINEP era um espaço de *enlightenment* e otimismo em um regime que saía aos poucos de um período extremamente duro de repressão, substituído pelo projeto ambicioso e ainda autoritário do Governo Geisel.

A intuição de que era importante trazer cientistas sociais para ajudar neste trabalho foi suficiente para que eu fosse incorporado à instituição, mas não havia nenhuma clareza sobre o que eu deveria fazer. Participei, no início, de uma tentativa de criar uma área de formação e treinamento de administradores e executivos, e me envolvi depois com um projeto de expandir as atividades da FINEP para a área da cultura. Pouco a pouco, porém, fui cristalizando o projeto de desenvolver um estudo em profundidade sobre o desenvolvimento da atividade científica no Brasil.

O projeto contou com o apoio decidido de José Pelúcio Ferreira, que tinha uma fascinação pessoal pela história dos que haviam formado e continuavam a liderar a atividade científica e tecnológica no país, e isto permitiu que o trabalho se desenvolvesse apesar de não

se enquadrar na visão a respeito das questões de ciência e tecnologia que predominava entre os economistas da FINEP e seus mentores nas áreas científicas e tecnológicas propriamente ditas.

A visão dominante na FINEP era a de que ciência e tecnologia eram (ou deveriam ser) duas faces da mesma coisa, um fator importante e fundamental para o desenvolvimento do país, que deveria ser objeto de um planejamento cuidadoso. A idéia de que as ciências, e mais especificamente os cientistas, deveriam se envolver diretamente na formulação de políticas e na atividade produtiva e industrial, dentro de um projeto de desenvolvimento nacional, era cara a um setor importante do ambiente científico na França e na Inglaterra, representados por nomes como Juliot Curie e J. D. Bernal, ambos politicamente à esquerda em seus países, e que chegavam ao Brasil principalmente através da França. A esta idéia se acrescentava a preocupação com o planejamento econômico, dos economistas cepalinos, e a preocupação, sobretudo da área militar, de dotar o país das tecnologias que lhe eram negadas pelas grandes potências no contexto da guerra fria, como as de tecnologia nuclear, de mísseis e de processamento de dados de alto desempenho. Data desta época a transferência do CNPq e da FINEP para o Ministério do Planejamento, o início de projetos nacionalistas ambiciosos como o acordo nuclear com a Alemanha e o Programa Espacial Completo, e a política nacional de informática, que começou como um projeto militar da Marinha, e sempre teve uma presença militar significativa. Data desta época também a articulação do projeto de criação de um Ministério de Ciência e Tecnologia, que viria a ganhar forma com o governo José Sarney.

Eu compartia a visão otimista sobre a importância da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento nacional, mas era muito mais cético a respeito da capacidade que teriam os economistas de conduzir a atividade científica a partir de um mecanismo de planejamento centralizado, e não tinha nenhuma afinidade nem entusiasmo com os projetos de natureza mais estritamente militar, com os quais nunca tive contato. Eu entendia que, apesar do apoio que a FINEP dava à área científica, e do apoio e admiração que ela passou a ter nos meios acadêmicos, o projeto que ela desenvolvia implicava em subordinar a área científica aos tecnocratas do planejamento, e era por isto um projeto equivocado. Este meu qüestionamento vinha, em parte, da literatura sobre administração e planejamento, onde, através de autores como Aaron Wildawsky, predominavam fortes críticas à ambição e pretensões do planejamento governamental centralizado, inspirado nos supostos sucessos da União Soviética e disseminados no ocidente por diversos meios. Mas ele vinha, sobretudo, da sociologia da ciência desenvolvida a partir dos trabalhos de Robert K. Merton e Joseph Ben-David, que, cada qual à sua maneira, mostravam como o trabalho científico requeria a existência de uma comunidade intelectualmente livre e comprometida com os valores do conhecimento e da autonomia intelectual, e não teria como florescer, mesmo nas melhores condições, sob a tutela da política ou das necessidades econômicas de curto prazo. Fazer a história da ciência no Brasil seria resgatar o papel de liderança intelectual dos cientistas, mostrar a importância de instituições bem constituídas, e defender a liberdade de pensamento e expressão dos cientistas.

Esta visão, acredito, está bastante explícita no livro que resume os resultados do projeto, publicado em 1979 e reeditado de forma revista, nos Estados Unidos, em 1991[23], mas sempre foi uma perspectiva minoritária no contexto do ambiente científico e intelectual brasileiro.

Graças aos recursos proporcionados pela FINEP, consegui reunir uma equipe significativa de pesquisadores que realizou um levantamento bastante exaustivo da literatura existente sobre a ciência brasileira, e realizou certa de 70 longas entrevistas com os principais cientistas do paísque foram posteriormente transcritas e formam hoje um acervo documental importante, depositado no Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC).

A leitura e análise dos materiais desta pesquisa me fez recuperar, em outro contexto, muitos dos temas centrais de meu trabalho anterior, sobre a formação do Estado brasileiro e sua relação com a sociedade. O primeiro ponto de contato foi o do relacionamento entre o Estado patrimonial brasileiro e as questões de ciência e tecnologia, desde os tempos remotos da colonização portuguesa. Graças à colaboração que pude ter de Antônio Paim, recuperei a história da Reforma Pombalina, do papel de José Bonifácio de Andrada em um projeto frustrado da primeira universidade brasileira, e, mais tarde, do significado da presença tão marcante do positivismo em nosso meio. Os estudos de Joseph Ben-David sobre o desenvolvimento da atividade científica na Europa no período pós-renascentista têm como ponto central a existência, em diversos países, de condições para o desenvolvimento de comunidades científicas independentes e autônomas, apoiadas em setores sociais ascendentes que faziam das ideologias cientísticas e iluministas seus projetos de vida e de participação social. Na tradição portuguesa, no entanto, o conhecimento sempre foi visto como um atributo ou monopólio do Estado, seja no período da contra-reforma, com a vigilância da Inquisição cerceando todas as tentativas de criação de formas independentes de organização da atividade intelectual, seja, a parir de Pombal e José Bonifácio de Andrada, em uma visão mais iluminada, *enlightened*, do papel dos conhecimentos técnicos e modernos. O positivismo, que ganhou força na passagem do século no Brasil, sobretudo nos meios militares e nas áreas de engenharia, compartia também esta visão autoritária e hierárquica da ciência, opondo-se à própria noção de uma universidade autônoma (que seria, segundo eles, uma "pedantocracia"), e transformando a valorização da ciência e da tecnologia em um novo dogmatismo. A militarização do Partido Comunista Brasileiro, a partir da entrada do grupo Prestista nos anos 30, fez com que o positivismo e o marxismo quase que se fundissem na mesma visão autoritária do conhecimento que o projeto desenvolvimentista da FINEP não deixava, de certa forma, de refletir.

---

[23]*Formação da Comunidade Científica no Brasil,* Cia. Editora Nacional / FINEP, 1979, e *A Space for Science: The Development of the Scientific Community in Brazil,* Pennsylvania State University Press, 1991.

O segundo ponto de contato foi o papel diferenciado de São Paulo no processo de desenvolvimento da ciência brasileira, primeiro na criação de uma série de institutos próprios, no início da descentralização republicana (como o Instituto Biológico, o Instituto Butantã e o Instituto Agronômico de Campinas) como, sobretudo, por ocasião da criação da Universidade de São Paulo na década de 30. Os documentos e depoimentos associados à criação da USP (como também à Escola de Sociologia e Política de São Paulo) não deixam lugar à dúvida quanto à intenção explícita de desenvolver a universidade como um tipo de resposta à derrota política sofrida pelo Estado em 1932, que dramatizou o padrão de marginalização política da região em relação ao governo patrimonial-burocrático centralizado no Rio de Janeiro. Mas foi sobretudo na forma de criação da USP e em seu desenvolvimento ulterior que a aproximação com os temas de *São Paulo e o Estado Nacional* se tornou mais evidente. No início dos anos 80, trabalhando na Fundação Getúlio Vargas com o arquivo de Gustavo Capanema, pude ver em detalhe o processo de criação da Universidade do Brasil[24], e o contraste entre este projeto e o da USP é como que um espelho da temática do contraste entre as formas de participação política, cooptação e representação, que eu havia explicitado para o que ocorria ao nível da política.

Como semelhanças, ambos eram projetos elitistas, e ambos se ajustaram, cada qual à sua maneira, à legislação universitária estabelecida por Francisco Campos no início da década de 30. Mas o projeto nacional era o de criar uma universidade modelo, amarrada ao Estado, definida e regulamentada em seus mínimos detalhes por legislação exaustiva, e controlada ideologicamente pela Igreja Católica, dentro do pacto entre a Igreja e o estado Getulhista costurado por Francisco Campos, Gustavo Capanema e Alceu Amoroso Lima. A concepção autoritária e centralizadora da Universidade do Brasil começava pelo ambicioso projeto arquitetônico, encomendado a Piacentini, um dos arquitetos de Mussolini; continuava pelo filtro ideológico exercido pela Igreja na seleção dos professores franceses a serem convidados para a nova instituição; e deveria culminar com a entrega da direção da nova universidade a Alceu Amoroso Lima. Para a USP não havia projeto arquitetônico, nem ânsia legiferante, nem reitor pré-definido; mas havia a preocupação de estruturar a nova universidade a partir de uma liderança intelectual sólida, recrutada nas universidades européias, na crença de que a pesquisa autônoma e independente formaria a base de uma universidade bem constituída. A idéia de uma faculdade de ciências que reunisse a filosofia, as ciências e as letras foi levada a sério em São Paulo e deu origem às principais tradições de pesquisa universitária no país, ainda que tivesse fracassado a tentativa de que ela liderasse intelectualmente as faculdades profissionais pré-existentes, como a de Direito, Engenharia e Medicina. No Rio a Faculdade de Filosofia não foi muito longe, tolhida, primeiro, pela seleção tacanha dos professores estrangeiros, e, mais tarde, pelo próprio abandono gradual de suas ambições iniciais. De um

---

[24] Simon Schwartzman, Helena Bomeny e Vanda Costa, *Tempos de Capanema*, Paz e Terra, 1984.

grande modelo para as Universidades do país, a Universidade do Brasil acabou sucumbindo em grande parte à lógica miúda dos interesses políticos da corte, e a própria Igreja desistiu de assumir o seu comando, partindo para um projeto universitário próprio, que foi a criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro na década de 40.

Ainda que eu não tenha usado a terminologia de "representação" e "cooptação" para caracterizar os dois polos principais da ciência e tecnologia brasileiras, ela poderia muito bem ser aplicada, ainda que somente para ressaltar o paralelismo entre o que ocorria no nível das instituições científicas e o que ocorria no nível da política. A maneira paulista de fazer ciência, por "representação," deu origem, mais tarde, à Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo, fortemente controlada pela comunidade científica do Estado, e à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. A maneira nacional de fazer ciência, por "cooptação", deu origem ao Ministério de Ciência e Tecnologia, ao CNPq, à FINEP e aos Planos nacionais de desenvolvimento científico e tecnológico, aos grandes projetos militares e ao sistema de universidades federais, espalhadas por todo o território nacional menos, caracteristicamente, no Estado de São Paulo.[25]

Retomei o tema da ciência e tecnologia no início dos anos 90, quando assumi a responsabilidade de preparar um documento com proposições para uma política de ciência e tecnologia para o país. Este documento havia sido solicitado pelo Banco Mundial quando da negociação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT II), e o convite para coordenar este trabalho partiu do Prof. José Goldemberg, então Ministro de Ciência e Tecnologia. Entre a decisão inicial de realizar o estudo e sua efetivação passaram-se vários anos e vários ministros. O estudo foi terminado já na gestão de Itamar Franco, com José Israel Vargas no Ministério de Ciência e Tecnologia. O Banco Mundial já havia assinado o empréstimo, e o governo não manifestou maior interesse pelas conclusões do trabalho, que foram publicadas em três volumes pela Fundação Getúlio Vargas entre 1995 e 1996.[26] Este parece ser o destino usual de estudos deste tipo no Brasil, mas existe sempre a esperança de que alguém os retome e leia, e que eles possam eventualmente ter alguma conseqüência mais significativa.

O estudo consistiu essencialmente na encomenda de algumas dezenas de documentos sobre a ciência no Brasil, seu relacionamento com a atividade econômica, sua

---

[25] As únicas instituições federais em São Paulo são, ainda hoje, a pequena Universidade Federal de São Carlos e a Escola Paulista de Medicina, convertida recentemente em Universidade Federal.

[26] *Ciência e Tecnologia no Brasil (vol. 3): A Capacitação Brasileira para a Pesquisa Científica e Tecnológica* (vol 3). Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996; Ciência e Tecnologia no Brasil (vol. 2): Política Industrial, Mercado de Trabalho e Instituições de Apoio , Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1995; *Science and Technology in Brazil (vol 1): A New Policy for a Global World*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1995.

institucionalização e o contexto internacional atual. A principal constatação do documento de síntese que elaborei foi a de que ainda estávamos vivendo com o que restou do grande projeto de desenvolvimento científico e tecnológico dos anos 70, que denominei, para reforçar as tintas, de "Projeto Geisel". Aquele projeto tinha embutida uma noção de "substituição de importações" para a ciência que levava a que a atividade de pesquisa no país, mesmo quando de qualidade duvidosa, fosse defendida e protegida; ao mesmo tempo havia um grande esforço de desenvolver internamente determinadas tecnologias, dentro de uma visão de que o Brasil vivia uma espécie de "cerco tecnológico" oriundo das grandes potências, que só poderia ser superado com grandes investimentos e proteção da atividade científica e tecnológica nacionais, inclusive por meios militares.

A partir dos anos 80 este projeto entrou em crise. Os recursos que pareciam tão abundantes nos anos 70 começaram a escassear, ou a serem comidos pela inflação. O governo Sarney, se por um lado não tinha qualquer compromisso ou interesse nas questões de ciência e tecnologia, por outro atendia às as demandas e pressões que lhe chegavam da comunidade científica e técnica, incluindo a manutenção da política de reserva de mercado para a informática, a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, sob o comando dos setores mais nacionalistas (na pessoa do Ministro Renato Archer) e a enorme expansão do número de bolsas no país e no exterior. Com isto a área de ciência e tecnologia se consolidou como um ativo grupo de interesse dentro do governo, disputando espaço e recursos com os demais, dentro de um contexto de instabilidade e imprevisibilidade econômica crescente. Os projetos tecnológicos de interesse da área militar foram mantidos, ainda que também sujeitos a recursos decrescentes ou imprevisíveis. O resultado de tudo isto foi que o custo da atividade cientifica e tecnológica no Brasil foi aumentando, mas os resultados não apareciam.

A proposta resultante do estudo que coordenei foi a de reverter drasticamente este quadro. Haveria que terminar de uma vez por todas a política de "substituição de importações" na área científica; o país necessitava de bons centros de pesquisa que pudessem acompanhar e participar dos circuitos internacionais e buscar conhecimentos e competências aonde elas estivessem, mas não deveria continuar subsidiando e mantendo atividades científicas e tecnológicas de segunda classe. Por outro lado, haveria que abandonar a política de resistência ao suposto "cerco tecnológico", reavaliar os grandes projetos, e concentrar seus esforços na obsorção e uso das tecnologias disponíveis internacionalmente. Além disto, as instituições científicas deveriam se voltar mais decididamente para o atendimento dos diferentes usuários de seus trabalhos - o próprio setor educacional, aonde a maioria das instituições de pesquisa estão localizadas; o governo, como grande demandante de conhecimentos na área social, ambiental, de saúde, etc.; e o próprio setor privado, que, submetido a uma situação de competitividade internacional, necessitaria cada vez mais de aumentar e fortalecer sua capacidade de inovação técnica e gerencial.

Nesta época participei também de um grupo de trabalho financiado por uma agência governamental sueca que tinha como objetivo produzir um documento de síntese sobre as

transformações que estavam ocorrendo no mundo na área da ciência e tecnologia. O grupo foi coordenado por Michael Gibbons, da Inglaterra, e o resultado final do trabalho representa sobretudo sua visão a respeito do tema.[27] A tese do livro, com a qual concordo ainda que não necessariamente na mesma radicalidade, é que estaria havendo uma passagem daquilo que foi denominado de "modo 1" de fazer ciência para aquilo que foi denominado de "modo 2". O "modo 1" seria a ciência organizada através de disciplinas acadêmicas, separada nitidamente da tecnologia, e obedecendo mais ou menos ao sistema normativo da ciência definido por Robert Merton nos anos 50. O "modo 2" seria a revolução de tudo isto. As fronteiras entre ciência básica e ciência aplicada, entre ciência acadêmica e ciência voltada para aplicações, assim como entre as diferentes disciplinas, teriam terminado. Era uma revolução ao mesmo tempo epistemológica, institucional, e ética. O trabalho científico não consistiria mais na busca de aproximação de algum tipo de "verdade" (e, nas concepções mais ambiciosas, de verdades fundamentais, para a constituição de um conhecimento unificado), mas sim de uma busca pragmática de resultados parciais e freqüentemente desconectados entre sí. Não haveria um "método científico" enquanto tal, mas um conjunto de práticas mais ou menos bem sucedidas adotadas em diferentes contextos. Institucionalmente, as antigas barreiras entre universidade, empresa e governo teriam ruído, e as antigas profissões científicas também. Agora seria o tempo da transdiciplinaridade, da mudança contínua das abordagens e formas de trabalho, da busca de fontes múltiplas e necessariamente instáveis de financiamento. Os critérios de validação do conhecimento científico não seriam mais os da "verdade", e os grupos de referência dos cientistas não seriam mais, simplesmente, seus pares, mas a opinião pública, os partidos políticos, os governos, as empresas, os movimentos sociais. Toda esta revolução, em vez de levar a um enfraquecimento da atividade científica, como teria predito Merton, estaria levando na realidade a uma gigantesca liberação de energias e à generalização do uso do conhecimento e da tecnologia em todos os setores da atividade humana.

A principal crítica que se poderia fazer a esta concepção é que, na realidade, muitas destas coisas não são tão novas assim, e que o "modo 1" de trabalho científico é na realidade um modelo idealizado que nunca chegou a existir completamente. Se a fenomenologia do "modo 2" capta bastante bem o que vem ocorrendo em grande parte do mundo da produção científica de hoje, ele não descreve de maneira adequada os processos de formação de competênciasque ainda se dão sobretudo em termos das disciplinas acadêmicas mais clássicas. Ainda que *The New Production of Knowledge* não chegue a decretar a morte do "modo 1", Michael Gibbons, participando de um seminário em 1994 em que discutíamos o documento de

[27]*The New Production of Knowledge* (com Michael Gibbons, Camille Limoges, Helga Nowotny, Peter Scott and Martin Trow), London, Sage Publications, 1994. Versão castelhana: *La nueva producción del conocimiento: la dinámica de la ciencia y la investigación en las sociedades contemporáneas*, Barcelona, Ediciones Pomares-Corredor S. A., 1997 (traducción de José M. Pomares).

síntese do projeto de Ciência e Tecnologia brasileiro, criticou a proposta que tínhamos feito de implantar no Brasil dois sistemas paralelos de apoio à Ciência e Tecnologia, um para o trabalho mais acadêmico, outro para o mais tecnológico e aplicado (o que seria, *grosso modo*, os modos 1 e 2). Segundo ele, inspirado claramente nas histórias de sucesso da Ásia, o modo 1, que é a maior parte do que se faz no Brasil nesta área, deveria ser deixado de lado como velharia inútil.

A questão da universidade

O tema da ciência me havia conduzido inevitavelmente ao tema das universidades e, mais amplamente, ao tema do conhecimento e da cultura, com os quais eu somente havia tratado até então do ponto de vista das ciências sociais. Em 1985 fui convidado a fazer parte da Comissão Nacional para a Reformulação do Ensino Superior no Brasil, estabelecida pela Presidência da República, e que deveria fazer uma proposta de reconstrução do sistema universitário do país ao término do governo militar. Construída no melhor estilo da Nova República de José Sarney, a Comissão de mais de 20 membros incluía pessoas de todas as tendências e setores possíveis, talvez na ilusão de que fosse possível chegar a um consenso a partir de interesses e pontos de vista tão distintos. Como havia um prazo para apresentar um relatório, conseguimos chegar pelo menos a um consenso provisório pelo qual fui escolhido, com o apoio de alguns outros, para elaborar um documento final, que foi depois discutido, emendado e, finalmente, publicado com uma série de votos em separado. O destino deste documento, como de outros produzidos por comissões semelhantes, incluindo a da Reforma Administrativa e o da Comissão Afonso Arinos de Reforma Constitucional, foi o arquivo, ainda que, pelo menos no caso da Universidade, seja possível dizer que as idéias e propostas colocadas naquele documento definiram a agenda que ainda hoje persiste.

As idéias constantes do documento de 1985 foram aprofundadas e expandidas nos dez anos seguintes, parte dos quais trabalhei com coordenador científico do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, assim como membro de um projeto latinoamericano comparativo sobre políticas de educação superior, e constam de inúmeras publicações.[28] Parte do trabalho ao longo destes anos consistiu em buscar entender a

---

[28]Entre as quais *A Pesquisa Universitária em Questão* (editor, com Cláudio de Moura Castro). Campinas, Editora da Unicamp; São Paulo, Ícone Editora; Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1986; *Avaliação do Ensino Superior* (editor, com Eunice R. Durham), São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1992;"Higher Education in Latin America", número especial de *Higher Education*, Kluvier Academic Publishers, vol. 25, 1, January (com José Joaquin Brunner); *Educación Superior en América Latina: una agenda para el año 2000*, com José Joaquin Brunner, coordinador; e Jorge Balán, Hernán Courard, Cristián Cox, Eunice Durham, Ana María Garcia de Fanelli,

evolução dos sistemas universitários modernos desde suas origens medievais e em seus desdobramentos nos diversos ambientes históricos, a partir sobretudo do século XIX. Este estudo histórico e comparativo permitiu ver as diversas formas de relacionamento entre Universidade, Estado e sociedade, e as diversas funções desempenhadas nos diversos contextos e épocas - a seleção e formação de elites, a formação e o credenciamento para as "learned professions" (sobretudo o Direito e a Medicina), a abertura de espaço para a pesquisa científica independente, a formação técnica e profissional. Esta visão comparativa permitiu também situar o ensino superior brasileiro e latinoamericano em um contexto mais amplo. O Brasil, a partir da Reforma de Francisco Campos em 1931, havia adotado um modelo inspirado aparentemente na Itália (mas que todos no Brasil preferiam imaginar que era Francês [29]) que fazia das universidades sobretudo um mecanismo de certificação e credenciamento para o exercício de profissões regulamentadas de forma rígida. Sobre este sistema a reforma universitária de 1968 tratou de sobrepor o modelo da "research university" norte-americana, consagrando como verdade inabalável o postulado da "indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão" que nem nos Estados Unidos foi tentado, e que na prática nunca conseguiu abranger mais do que uma parcela mínima da educação superior do país. Dando diplomas, empregando intelectuais e professores, distribuindo prestígio e privilégios profissionais, e até mesmo qualificando muitas pessoas para uma economia que se modernizava, a educação superior pública brasileira se expandiu velozmente depois da segunda guerra, mas sem conseguir absorver a demanda crescente por mais escolas, o que acabou fazendo com que o ensino superior privado se expandisse de maneira ainda mais veloz, e absorvesse a maior parte desta demanda. Em 1985, tanto quanto em 1998, o diagnóstico do ensino superior brasileiro era claro, e continua sendo. O sistema público é muito mais caro do que vale, ou do que produz, em termos de formação profissional, técnica e científica. Como não existem mecanismos eficientes de avaliação, nem benefícios e custos associados à ineficiência e mal desempenho, o sistema não tem mecanismos de auto-correção. É também um sistema iníquo, porque dá ensino gratuito e de melhor qualidade a jovens oriundos das classes médias e altas, forçando os de menos recursos a buscar a educação privada, geralmente de pior qualidade e cara. A ineficiência e a iniqüidade se manifestam também no grande número de estudantes que abandonam seus cursos, no grande número de professores de tempo integral que não pesquisam, no enrijecimento intelectual da maioria dos

---

Rollin Kent, Lúcia Klein, Ricardo Lucio, Helena Sampaio, Mariana Serrano. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia; e *América Latina: Universidades en Transición*. Washington, Organización de los Estados Americanos, Colección INTERAMER, n. 6, 1996.

[29]Desde a Revolução Francesa que a França não tinha mais nada parecido com a "Faculdade de Filosofia" que a Reforma Francisco Campos consagrou, e o ensino de qualidade era dado sobretudo pelas "Grandes Écoles" estataisque nunca tivemos, deixando a Universidade, sobretudo na área de ciências sociais, como alternativa de segunda classe.

cursos e departamentos, e assim por diante. É claro que nem tudo são horrores neste sistema, existem boas faculdades, gente dedicada, pesquisa significativa em muitos lugares. Mas estes setores e grupos mais sadios se isolam do conjunto, buscando nichos e recursos próprios para sua sobrevivência, reduzindo, desta forma, a força de uma “voz”, para usar a imagem de Albert Hirschmann, que poderia contribuir para alterar a situação.

Existe uma receita relativamente simples para esta situação, simples de formular, ainda que tenha se mostrado até agora impossível de executar. As universidades públicas devem deixar de ser tratadas como repartições, e os professores, como funcionários públicos. Isto não significa privatizar as universidades, já que o setor público necessita continuar apoiando, como em todo o mundo, a atividade de educação superior. Mas significa dar às instituições os meios legais de usarem melhor seus recursos, o que farão na medida em que elas passem a se submeter a um sistema permanente e bem legitimado de avaliação de desempenho. Desburocratização, pois, com autonomia e sistemas adequados de avaliação. A terceira medida é a diferenciação. O ensino superior brasileiro é pequeno em relação ao país, precisa se expandir, e não de forma homogênea. Algumas instituições farão pesquisa, outras, formação profissional, outras, formação técnica, outras, cultura geral, outras, formação de elites; e várias combinarão estas diversas funções. Que cada qual busque seu caminho, sua vocação e sua clientela. A quarta medida é rever em profundidade a questão do ensino gratuito. Universidades de qualidade não podem sobreviver somente com anuidades de alunos, mas não há razão para que os que possam recebam educação gratuita; o dinheiro pago poderia servir para apoiar a estudantes mais carentes, e fazer com que as pessoas pensem mais se querem efetivamente fazer uso dos recursos públicos dos sistemas universitários, hoje muitas vezes usados de forma predatória. A quinta medida seria rever os preconceitos contra o ensino pago. Hoje, a burocracia do Ministério da Educação ainda tenta controlar o ensino privado, como se tivesse competência para isto. Na medida em que o ensino privado realize atividades de interesse público, não há razão para que não receba subsídios para isto. O preconceito contra o ensino privado coloca a atividade educacional de cunho empresarial como algo clandestino, quando poderia ser uma atividade aberta, legítima e socialmente benéfica. Por trás deste preconceito, finalmente, existe o que seja talvez a questão mais difícil de resolver do ensino superior brasileiro, que é a questão da regulamentação cartorial das profissões, que faz com que as corporações profissionais busquem limitar a expansão quantitativa do sistema, sobretudo nas profissões mais clássicas, em nome do controle da qualidade.

Ao longo deste tempo escrevi um trabalho que publiquei como “a força do novo”, aonde tratava de interpretar de alguma forma a questão da introdução de “novos conhecimentos”, ou conhecimentos “modernos”, na sociedade brasileira, olhando para a medicina, para a engenharia, para a economia, e mesmo para o direito.[30] Me pareceu ser

---

[30]"Changing Roles of New Knowledge", in Peter Wagner, Björn Wittrock, Carol Weiss, and Hellmutt Wollman, eds., *Social Sciences and Modern States,* Cambridge: Cambridge University Press, 1991, 230-360. Publicado em português como "A força do novo:

possível identificar, para cada uma das áreas, um conjunto bem definido de etapas ou fases. Resumi da seguinte forma a questão:

> Diferentemente das sociedades onde os conhecimentos e as profissões modernos surgiram impulsionados por grupos sociais em ascensão, em sociedades como a brasileira eles tenderam a apresentar-se perto do topo da pirâmide social. A conseqüência disto é o desenvolvimento de contra-elites modernizantes que enfrentam a oposição não apenas dos detentores do poder estabelecido como de outros grupos sociais comprometidos com a ordem social tradicional e seus valores. As vezes o mero prestígio das novas formas de conhecimento, ou aquilo que elas têm efetivamente condições de realizar, é suficiente para colocar seus portadores nas posições de poder e autoridade a que julgam ter direito. Quando isto não ocorre, os novos conhecimentos podem transformar-se em simples ideologia, e ser usados como arma política. A etapa seguinte é a institucionalização. Criam-se escolas, estabelecem-se profissões, muitas vezes com privilégios legais reconhecidos. Isto atrái mais pessoas para estas profissões, o que termina por dificultar a manutenção dos privilégios profissionais para todos.
>
> A etapa final pode ser denominada de "entrincheiramento", e pode ter inúmeras causas: o aumento exagerado de profissionais de determinada área, a incapacidade de definir o nicho próprio no mercado de trabalho pela concorrência com outras profissões, a proletarização de profissões liberais pela perda da autonomia profissional, e assim por diante. O resultado destes fatores, isolados ou em combinação, é que os grupos profissionais se sentem ameaçados, e assumem uma atitude de combate defensivo. A mobilização política assume grande importância, e com ela a ideologia; mas agora a política funciona principalmente como forma de auto-defesa coletiva, e não mais como visões alternativas de mundo ou propostas de mudança que são oferecidas ao resto da sociedade. Pode ser difícil à primeira vista distinguir entre estas duas formas de mobilização. Mas os reformadores sociais são em geral grupos pequenos, como por exemplo os educadores dos anos 30, ou os intelectuais do ISEB; e sua pregação doutrinária é sempre feita para fora, na busca de convencer a sociedade como um todo do valor de suas idéias e contribuições. O entrincheiramento ideológico, por outro lado, engloba coletividades muito maiores, e a mobilização é feita em grande parte para dentro, em um esforço de fechar fileiras e proteger o grupo contra um ambiente externo hostil e ameaçador. Enquanto que as associações profissionais clássicas tendem a ser geridas pelos que possuem liderança profissional e intelectual em suas respectivas áreas de conhecimento, as comunidades

---

por uma sociologia dos conhecimentos modernos no Brasil," *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 5, 2, Outubro, 1987, 47-66. Incluído em *A Redescoberta da Cultura, S. Paulo, EDUSP, 1997*.

entrincheiradas tendem a ser lideradas por pessoas com muito mais investimento em atividades gremiais e corporativas do que propriamente profissionais, o que tem como resultado a alienação progressiva, e muitas vezes o rompimento, das lideranças mais profissionalizadas.

Por isto acredito que muitas instituições e setores da modernidade brasileira, que foram tão importantes na formação daquilo que o país tem hoje como sociedade moderna e desenvolvida, se constituem agora núcleos de resistência contra a ampliação e o aprofundamento desta modernidade. Esta questão faz parte, acredito, da problemática social mais ampla da sociedade brasileira, que continua ostentando índices alarmantes de desigualdade social.

A organização do Estado, a questão social e a cultura.

Em 1994 assumi a direção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e, ao lado das questões administrativas e institucionais, me aproximei mais das questões sociais de desigualdade, desemprego, baixa educação e pobreza, que são objetos centrais do trabalho do Instituto. Refletindo sobre a prática destes últimos anos, é possível ver que as questões relativas à organização do Estado, à questão social e à cultura surgem normalmente de forma entrelaçada.

Além de ser uma questão conceitual e acadêmica, com a qual tenho me envolvido desde bastante tempo, a questão da organização do Estado se tornou premente quando me tornei responsável pela direção de uma organização de quase dez mil pessoas, com um gasto anual da ordem de 400 milhões de dólares ou reais. Criado nos anos 30, o IBGE passou por todas as vicissitudes das burocracias brasileiras nas últimas décadas, de autarquia burocrática e decadente nos anos 60 a Fundação promissora nos anos 70, revertendo ao controle burocrático centralizado com os anos 80, sofrendo com as tentativas frustradas de reforma do governo Collor, e tentando novamente buscar seu caminho no contexto do projeto da reforma administrativa do governo Fernando Henrique Cardoso. O diagnóstico institucional do IBGE não é diferente do da maior parte do serviço público brasileiro. Não é possível que uma organização deste porte funcione adequadamente sem poder tomar decisões internas sobre seu pessoal, sobre o uso adequado de seus recursos, e sobre os procedimentos de trabalho. A tradição brasileira sempre foi a de dar autonomia gerencial e financeira a instituições que o governo quer que funcionem efetivamente (como ocorreu com a FINEP, e em parte com o próprio IBGE nos anos 70), para retomar o controle quando sente que os custos estão aumentando sem controle, ou que as organizações passaram a responder a interesses e objetivos que não são mais os da sociedade, ou do governo circunstancialmente no poder. Com a abertura política dos anos 80 as organizações do Estado passaram a ser objeto de pressões, interesses e intervenções de todo o tipo, do funcionalismo organizado e

sindicalizado, em um extremo, ao Tribunal de Contas por outro, passando por um poder judiciário descentralizado, descoordenado mas poderoso e imperativo. Em muitos casos - que não é, felizmente, o do IBGE - elas são ainda utilizadas como moeda no jogo político partidário da distribuição de cargos e favores. E, finalmente, elas são sujeitas a uma sucessão de medidas administrativas e financeiras tomadas por diversas instâncias do governo federal, na maior parte dos casos por razões de economia, cuja eventual racionalidade global se choca com a lógica específica de cada contexto e instituição.

Não é fácil romper esta teia tão complicada de interesses, poderes e pressões. E no entanto, o IBGE não deixa de funcionar e cumprir seu papel na sociedade brasileira. Dois fatores, acredito, explicam este aparente paradoxo. O primeiro é que, ao lado de um funcionalismo “entrincheirado” que defende como pode os poucos privilégios trabalhistas que ainda lhe restam, existe um grupo de técnicos comprometidos com os fins da instituição, e que levam à frente seu trabalho mesmo em condições precárias de recursos técnicos e administrativos e poucos ganhos pessoais. Esta cultura institucional, acredito, está muito associada à cultura técnica, intelectual e profissional que presidiu a implantação dos conhecimentos “novos” no Brasil, e que apesar de tudo ainda persiste, no interior do IBGE como nas universidades públicas e em outras partes. O segundo fator é a existência de uma demanda externa por um trabalho de qualidade que se manifesta tanto na imprensa diária quanto no dia a dia do contato do IBGE com seus clientes e usuários. Estes dois fatores têm sido capazes de contrabalançar, até aqui, os fortes elementos de entropia organizacional e institucional que afetam a administração pública como um todo. A reforma administrativa do governo Cardoso se orienta, acredito, no sentido correto, de dar maior autonomia e eficiência aos órgãos da administração e criar mecanismos de supervisão e acompanhamento de resultados que substituam os antigos controles burocráticos e formalistas. Mas o processo de reforma em um sistema político aberto e democrático é mais lento e complicado do que gostaríamos, e depende sobretudo do aumento da capacidade de cada instituição em se vincular de maneira o mais forte possível aos usuários e destinatários de seus serviços, quando estes destinatários correspondem a interesses sociais legítimos.

A captura das instituições públicas por setores ou interesses particulares ou setoriais, disfarçados muitas vezes em uma linguagem de defesa dos interesses gerais, é um dos problemas centrais da sociedade brasileira nesta época em que atravessamos, que tem dificultado muito a implantação de uma política social mais conseqüente. Em uma apresentação recente no CEBRAP, tratei de argumentar que existem diversas “agendas” sociais no Brasil de hoje, em grande parte conflitivas: a do combate às formas mais agudas da pobreza e da desigualdade, a antiga agenda social-democrataque beneficia setores limitados da população, e a agenda da economia estável, competitiva e globalizadaque desorganiza o mercado de trabalho e coloca limites e restrições ao uso dos recursos públicos para o atendimento de demandas sociais. Eu concluía o texto dizendo que havia espaço para a ação de uma administração pública mais eficiente e para a mobilização mais efetiva da sociedade com este objetivo:

> A introdução destas novas modalidades de ação pública poderia, potencialmente, criar uma nova dinâmica na sociedade no enfrentamento dos problemas da pobreza. Ela tem sido dificultada, no entanto, pela resistência natural dos que até aqui se beneficiaram de situações especiais de proteção do sistema social-democrático do passado, pelos diversos populismos que ainda tratam de se apropriar dos recursos públicos em benefício de interesses privados, seja no formato mais antigo, em que uma "classe política" se mantinha em situações de poder através da troca de benefícios a seus eleitores, até nas formas mais modernas de apropriação da máquina do Estado por grupos de interesse privados, e mesmo criminosos.
>
> Estas formas de populismo são inerentes aos sistemas políticos democráticos, mas a experiência brasileira de vinte anos de governo militar mostra que elas não desaparecem com regimes políticos autoritários. A modernização do Estado brasileiro, a mobilização da população para as questões da agenda social, a redução progressiva das formas mais danosas de populismo e gangsterismo político e eleitoral, tudo isto parece frutificar melhor sob os holofotes da imprensa e da opinião pública, nacional e internacional. Não há nenhuma garantia, naturalmente, de que este caminho que parece delineado seja palmilhado sem interrupção, e de qualquer forma o caminho será longo e espinhoso. Mas há uma direção a ser seguida, e isto já é dizer muito, nos dias de hoje.

A valorização da ética do trabalho e do desempenho profissional de técnicos como os do IBGE, a mobilização da sociedade para a implementação de uma agenda social mais equitativa, a qualificação das pessoas para que elas encontrem um lugar útil e significativo na sociedade em que vivem, tudo isto tem a ver com a questão da cultura, tomada em um sentido bastante amplo, e que havia sido como que banida no vocabulário das ciências sociais, ou apropriada por visões que faziam da "cultura" como que uma bandeira contra o desenvolvimento social e a modernização em seus diferentes aspectos. Comecei a refletir mais de perto sobre esta questão nos últimos anos, retomando, sem me dar conta a princípio, minha própria experiência de ter nascido em um ambiente empobrecido, mas onde a cultura em seus diversos aspectos era tão valorizada. Reuni alguns trabalhos relativos ao tema em um livro recente, e defini desta forma o problema que me preocupava:

> As últimas décadas demonstraram com clareza que a herança dos clássicos se mostrou insuficiente para entender alguns dos mais importantes fenômenos do mundo contemporâneo, na esfera da economia, da política e da vida social. Porque algumas sociedades, como o Japão e a Coréia, são capazes de se reerguer de guerras devastadoras e construir sistemas econômicos dinâmicos e pujantes, enquanto outras, como a Argentina, dilapidam passo a passo a riqueza que um dia conseguiram acumular? Como explicar a destruição progressiva de um Estado secular moderno, como a Índia, e sua gradual reversão às formas mais dramáticas dos conflitos inter-étnicos e religiosos? Como explicar que filhos de alguns grupos imigrantes, nos

Estados Unidos, absorvam com rapidez a cultura dominante e subam rapidamente a ladeira social, enquanto outros, como as minorias negras nos subúrbios das grandes cidades, não conseguem fazê-lo na mesma proporção? Como entender as grandes variações de participação política, capacidade de mobilização social, aderência a valores comunitários, entre diferentes grupos e sociedades? Para cada uma destas questões existem duas respostas insatisfatórias, e um terreno pantanoso a ser explorado. As respostas insatisfatórias são as racistas e as estritamente sociológicas; o caminho pantanoso é o da cultura. Em que consiste exatamente, e como entender, a cultura dos argentinos, japoneses, negros americanos, sikhs, favelados brasileiros, empresários italianos, camponeses alemães? Se cada um é um, e cada cultura única, como entender que, poucas décadas atrás, os Argentinos eram ricos, e os Japoneses, pobres? As culturas mudam? Em função de que? Ou não existem regras, cada história é uma história diferente?[31]

O tema da cultura, acredito, tem dois componentes centrais. Um é o componente tradicional, cultura entendida no sentido de acumulação de conhecimentos e competências. O outro é a cultura entendida como motivações, preferências, orientações. A dificuldade com este último tema é que ele tende a ser tratado de forma obscura, como a expressão de valores de origem e trajetórias desconhecidas, e que terminam por "carimbar" determinadas sociedades e grupos com rótulos e estereótipos de vigência duvidosa. Por isto me interessei bastante pela tentativa recente de Aaron Wildavsky, trabalhando a partir de uma classificação proposta por Mary Douglas, de interpretar as variações da cultura em função de duas variáveis sociológicas clássicas, a força e presença da hierarquia e das relações horizontais de solidariedade nos sistemas sociais. Uma vez que começamos a olhar as questões sociais sob o prisma adequado da cultura, novos horizontes de entendimento e interpretação começam a se abrir. Em um extremo, por exemplo, a questão das diferenças sociais entre grupos étnicos e raciais passam a ser melhor entendidas (ainda que nem por isto melhor atendidas e solucionadas) em função de estruturas de relacionamento nas micro-unidades familiares e de vizinhança; no outro, podemos ver como as questões de ciência e tecnologia dependem em grande parte de dimensões culturais como conhecimento tácito, paradigmas implícitos e linguagens compartidas[32]; e podemos inclusive recuperar a discussão clássica, colocada por

---

[31]*A Redescoberta da Cultura,* S. Paulo, EDUSP, 1997.

[32]"Science Policy, Urban Development and Technopoles", manuscrito não publicado, 1998.

Karl Polanyi no passado e retomada por Fukuyama mais recentemente, sobre os pressupostos institucionais e culturais do desenvolvimento econômico e da criação da riqueza.[33]

A questão do método e o papel do cientista social.

Como acontece quase sempre com as ciências sociais, a "questões de método" sempre estiveram presentes como uma reflexão paralela a todos estes trabalhos. No início, acreditei que poderia efetivamente existir um "método dialético" que pudesse ir além da superfície das coisas e entendê-las em sua essência; também acreditei que fosse possível estudar os fenômenos sociais como "totalidade", e apreendê-los em toda sua complexidade. Li bastante, acredito, sobre estas perspectivas, sobretudo a partir da visão marxista na formulação de Luckácz, mas incursionando também, seguindo a linha aberta por Sartre, pela fenomenologia e suas variantes.

Em pouco tempo foi ficando clara, para mim, a imensa pretensão desta abordagem, e suas limitações. Abandonei rapidamente a ideia leninista e Luckaczciana de que seria possível haver um "sujeito coletivo" do conhecimento - o Partido - que pudesse se sobrepor às consciências e racionalidades individuais; a revisão do marxismo ortodoxo feita pelos intelectuais franceses era bastante contundente a este respeito. O contato com a Sociologia empírica a partir da FLACSO e a leitura dos textos clássicos de Robert Merton me mostraram uma outra possibilidade, mais modesta mas aparentemente mais promissora: havia uma maneira de abrir os olhos para a realidade exterior a nós mesmos, e ir acumulando conhecimentos de forma tentativa e gradativa, sem pretensões de entender tudo de uma vez, mas com possibilidades de ir muito mais longe. Comecei a entrar em contato com autores que defendiam esta linha, como Ernest Nagel e Karl Popper, buscando fundamentar esta visão alternativa.

A ideia de que pudesse haver uma "Sociologia científica", como queria Durkheim e como defendia Merton, também não se sustentou por muito tempo, pelo menos não em sua simplicidade inicial. A ideia de Merton de que as ciências sociais ainda não tinham atingido o grau de maturidade das ciências naturais, e que isto era tão somente uma questão de cumulatividade e tempo, nunca me pareceu muito convincente, e o contato que comecei a ter com os textos de Weber me sugeriam que haviam outras alternativas. Escrevi um texto a este respeito para o curso de Neil Smelser em Berkeley, que intitulei de "O Dom da Eterna Juventude,"[34] em que argumentava que, pela natureza histórica de seu objeto, as ciências sociais nunca chegariam à estabilidade paradigmática das "ciência normais" da natureza. Além de históricos, os fenômenos sociais tinham uma característica própria e especial que era

[33]Francis Fukuyama, *Trust - The Social Virtues and the creation of Prosperity*, New York, Free Press, 1995.

[34]"O Dom da Eterna Juventude,"*Dados* (Rio de Janeiro), vol. 8, 26-46, 1971.

a de serem dotados de “sentido interno”, e por isto não deveriam ser somente explicados por leis objetivas e correlações estatísticas, mas também “compreendidos” internamente. A construção de “tipos ideais” a serem usados como modelos abstratos para a análise de realidades históricas cambiantes, proposta por Weber, me parecia um caminho adequado para incorporar as dimensões histórica e compreensiva na Sociologia empírica, que eram aparentemente deixadas de lado pelas abordagens dominantes nos Estados Unidos.

Esta dicotomia quase que ontológica entre as ciências sociais e as ciências naturais perdeu muito de sua importância para mim quando comecei a me familiarizar com a nova história e Sociologia da ciência, inaugurada pelo texto clássico de Thomas Khun sobre a estrutura das revoluções científicas, e expandida depois por autores como David Bloor, Bruno Latour, Karin Knorr, Barry Barnes, David Edge e tantos outros. O que esta literatura mostra não é tanto que as ciências sociais são como as ciências naturais, mas, ao contrário, que as ciências naturais, por trás da aparência de uma atividade sistemática e “dura”, comandada por uma lógica inexpugnável, também estão sujeitas ao mesmo uso da argumentação, da retórica, das aproximações contingentes, das hipóteses provisórias, do que as ciências sociais. Ela mostra também que o processo de construção do conhecimento é um processo social que se dá na interação das pessoas entre si e destas com o mundo das coisas e dos objetos, e que não faz sentido contrapor ontologicamente aquilo que seria o “objetivo” e “verdadeiro”, governado pela lógica, daquilo que seria o “não científico”, “subjetivo” ou “falso”, governado pela sociabilidade humana.

Não faltou quem argumentasse que a sociologia da ciência tivesse derrubado as pretensões de verdade das ciências naturais, revelando sua verdadeira face, que seria a de que o que se chama de verdade não passaria de uma manifestação disfarçada de relações de poder e dominação. Esta postura levou às chamadas “science wars”, em que cientistas naturais, sentindo-se ameaçados, passaram ao ataque generalizado contra as pretensões dos cientistas sociais em acompanhar e entender a natureza social de suas atividades. A nova sociologia da ciência deu munição também a um forte ataque às próprias ciências sociais. Este ataque consiste em tentar substituir o conhecimento sistemático e organizado pela intuição e a inspiração literária, ou até mesmo pela luta política e ideológica, revivendo, em nome da pós-modernidade, idéias que pareciam ter sido soterradas com o velho irracionalismo alemão do pré-guerra;[35] ou, em outros casos, em tentativas de recuperar e privilegiar instrumentos metodológicos que haviam ficado mais ou menos em segundo plano, como a hermenêutica, a fenomenologia e a própria análise dialética.

De minha parte, acredito que a natureza social do conhecimento científico não o torna menor ou menos significativo, a não ser por comparação às pretensões desmedidas de alguns cientistas. A acumulação de conhecimento, o aperfeiçoamento de métodos e técnicas de obtenção, análise e interpretação de dados, o desenvolvimento de grandes sistemas

[35]"O Espelho de Morse" em *A Redescoberta da Cultura*. São Paulo, EDUSP, 1998.

tecnológicos e conceituais de organização e processamento de informações, todas estas são realidades inegáveis, e que dão às coletividades humanas que fazem uso destes recursos uma grande capacidade de intervenção no mundo da natureza e de organização da vida quotidiana, que pode ser usada para o mal, mas que também aumenta o grau de liberdade e o horizonte de possibilidades das pessoas. Neste sentido me considero, da mesma forma que Bruno Latour, um "amante da ciência", e vejo com otimismo seu crescimento e desenvolvimento.

Em relação às ciências sociais, penso hoje que elas se diversificaram de tal maneira que existe espaço para uma grande gama de abordagens, desde as mais técnicas e quantitativas até as mais históricas e interpretativas. Nos anos 50 e 60, a tradição de Columbia, personalizada em Paul Lazarsfeld e Herbert Hyman, e que conheci nos cursos de Johan Galtung, apontava para uma ciência social empírica artesanal, trabalhando na exploração sistemática de relações estatísticas entre variáveis, e construindo proposições cada vez mais complexas de interrelações. Ao final dos anos 60, com a generalização do uso de computadores e os avanços na área da estatística, a pesquisa empírica deixou de ser artesanal, e se transformou pouco a pouco em uma "big science" altamente especializada, povoada sobretudo por economistas e estatísticos. Hoje quem faz pesquisa social empírica, e quem analisa seus resultados, são sobretudo institutos governamentais ou empresas privadas de estatística, ou instituições de grande porte como o Banco Mundial. O professor universitário, de formação acadêmica em ciências sociais, não tem geralmente nem os recursos técnico-financeiros nem a formação necessária para entender estes procedimentos, e interpretar de forma adequada estas análises e informações. Criticar todo este trabalho como irrelevante ou meramente "ideológico" pode ser até uma reação defensiva natural, mas não muito recomendável.

Mas a pesquisa empírica e sistemática, por mais importante que possa ser, não é senão um segmento da atividade de conhecimento nas áreas das ciências sociais. O modelo de desenvolvimento da ciência social imaginado por Merton supunha um amadurecimento no sentido do "modo 1" da atividade científica, baseado em uma comunidade acadêmica bem constituída e diferenciada. As ciências sociais, no entanto, nunca chegaram a esta forma de institucionalização, exceto talvez em um certo segmento, sobretudo nos Estados Unidos. Em outras partes, e inclusive nos Estados Unidos nos dias de hoje, os cientistas sociais participam e dialogam em uma grande rede que inclui professores universitários, a grande imprensa, organizações governamentais, partidos políticos, movimentos sociais organizados, grandes editoras, e assim por diante. Não é fácil dizer coisas significativas para todos estes setores sem perder consistência e coerência. A tendência à fragmentação e pulverização de atividades, atitudes, e maneiras de entender a atividade dos cientistas sociais parece ser irreversível.

E no entanto, talvez ainda seja possível dizer algo sobre a formação e o perfil mais desejável para o cientista social de hoje. Acredito que o cientista social não pode mais tentar se apresentar simplesmente como "cientista", buscando vestir a roupa que mal cabe mais nos próprios cientistas naturais. Mas também não deveria se refugiar na literatura, na "intuição" ou

na militância sem critérios, por que com isto abandonaria os valores e os ideais de racionalidade e entendimento que justificam a própria existência de seu campo de trabalho. A distinção feita por Weber no início do século entre a ciência e a política como vocação me parece que continua mais atual do que nunca, justamente porque as fronteiras entre estas duas esferas de atividade são tão tênues e problemáticas. O cientista social tem que poder entender e se utilizar dos métodos empíricos de pesquisa, tem que ser capaz de interpretar seus dados e informações em uma perspectiva histórica, e de articular seu entendimento e suas idéias de forma clara, fazendo uso adequado e se possível elegante da linguagem. Wittgenstein, em uma passagem conhecida citada por Clifford Geertz em "Local Knowledge", compara a linguagem com uma cidade que tem suas grandes avenidas e boulevares construídos racionalmente, mas também suas vielas retorcidas, seus bairros antigos e seus subúrbios. O conhecimento do mundo desenvolvido pelas ciências sociais é, me parece, uma cidade como esta, e o cientista social deve ser, sobretudo, um cicerone inspirado desta cidade em que vivemos, e pela qual todos temos que andar.

Rio de Janeiro, maio-junho, 1998.